



ANAIIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. IV (2003)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, uma realização da Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian. 2 vols., Verbo, Lisboa, 2001 [recensão]

Luís Filipe F. R. Thomaz 

Como Citar | How to Cite

Thomaz, Luís Filipe F. R.. 2003. « Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, uma realização da Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian. 2 vols., Verbo, Lisboa, 2001 [recensão]». *Anais de História de Além-Mar* IV: 506-543. <https://doi.org/10.57759/aham2003.37862>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2003. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2003. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, uma realização da Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols., Verbo, Lisboa, 2001.

Era nossa intenção, ao fazer a recensão da presente obra, atermo-nos aos vocábulos luso-orientais aí recenseados ou em falta, bem como à etimologia das palavras portuguesas de origem asiática; mas tantos foram os aspectos merecedores de reparo que ao folhear os dois volumes se nos antolharam, que não resistimos à tentação de alinhar uma série de considerandos de índole mais geral, e mesmo uma ou outra anotação de carácter mais particular, que se poderão tornar úteis a uma futura refundição do trabalho. Aqui os deixamos exarados, pedindo desde já vénia a quem acaso julgue que subiu o sapateiro acima da chinela...

Como no prefácio à obra se explica, foi ao cabo de 222 anos de existência que a Academia das Ciências de Lisboa editou finalmente um dicionário de Português, sem embargo de duas tentativas, em 1793 e 1976, que ambas não passaram da letra A. É verdade que entretanto, na sequência dos acordos ortográficos celebrados com o Brasil, a Academia publicara em 1940 um *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, seguido em 1947, após novo acordo, de um *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*, contendo a ortografia oficial da maioria dos termos em uso na nossa língua. No espírito, o *Vocabulário Ortográfico Resumido* de 1947 era, como se poderia esperar do ambiente cultural prevalecente à época em que foi produzido, um vocabulário, digamos assim, *fascista*, isto é, monista e autoritário, que na quase totalidade dos casos dava para cada vocábulo uma e uma só ortografia considerada correcta, sem admitir variantes, ainda que fonética e etimologicamente justificadas. É por isso que, ao redigir de minha lavra ou ao traduzir, sempre lhe preferi como guia o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* coordenado por José Pedro Machado e editado em 13 volumes pela Sociedade de Língua Portuguesa e pelos Amigos do Livro. Ao invés do *Vocabulário* da Academia, trata-se de um dicionário *democrático*, em que numerosas formas e variantes encontram direito de cidade, e isso torna-o muito mais acomodado à mentalidade dos nossos dias. É, de todos os dicionários de português que conheço, o que maior número de entradas contém, e isso torna-o precioso, nomeadamente para quem se dedica à edição de manuscritos e outros textos antigos ou em linguagem menos normalizada. No que toca a variantes, limito-me a um só exemplo: o *Vocabulário* de 1947 apenas registava a forma *perguntar* (que remonta ao latim *percontari*, mas necessariamente através de uma variante **praecontari*, sem o que se não explicaria o abrandamento do *c* em *g*, que, como é bem sabido, apenas se produz em posição intervocálica). Já José Pedro Machado regista ambas as formas, *perguntar* e *preguntar*, explicando neste derradeiro caso que «é o mesmo que *perguntar* que é a forma oficial»; e muito bem – não tanto por ser a forma etimológica, o que é secundário, mas por ser forma encontrada em textos e até na linguagem oral, uma vez que não é raro ouvir-se pronunciar distintamente *prêguntar*, com *ê* aberto, o que exclui a ambiguidade na ordem entre os dois fonemas, a líquida e a vogal, que subsiste na pronúncia corrente com *e* mudo. No presente *Dicionário* regressamos à forma única, e é deveras pena.

Mas onde o pendor espartilhante se torna intolerável é no que concerne à pronúncia dos vocábulos, que o *Dicionário* dá entre parêntesis rectos (representada por símbolos fonéticos que, por razões técnicas, não podemos reproduzir aqui, mas de que tentaremos, mesmo assim, dar uma ideia). Em raros casos admite-se uma pronúncia alternativa. É o caso das palavras terminadas em *-io*, como *rio*, *tio*, etc., em que se admite tanto a pronúncia lisboeta *-iw* como a pronúncia normal em todo o resto do país, *-íu* (ou mesmo *-íyu*). Nos outros casos porém apenas a norma lisboeta é admitida, indicando-se para palavras como *espelho*, *coelho*, etc., somente a pronúncia em *-âlu*, que, se nos não trai a memória, fora de Lisboa apenas se escuta nas Ilhas, pronunciando-se *-êlu* em todo o resto do país. Para o ditongo *ou* – que é um verdadeiro ditongo não só para a maioria dos portu-

gueses mas também para os brasileiros medianamente letrados (como, sem para o efeito ter de empreender uma viagem ao Brasil, se poderá verificar prestando atenção às telenovelas brasileiras, que passam em qualquer dos canais da nossa televisão) – indicam-se, em palavras como *ouro*, *ouro*, etc., as pronúncias *ôru*, *tôru*, etc.; daí se poderia deduzir que a Academia considera incorrecta a pronúncia mais cuidada e mais comum em toda a metade norte de Portugal. Aos exemplos apontados poder-se-iam ainda acrescentar outros, v. g. o da pronúncia do *o-* em inicial absoluta, pois nem toda a gente pronuncia *òbrigádu*, havendo muito quem diga *ôbrigádu* ou mesmo *ubrigádu*, sem que haja a mínima razão para considerar tal articulação incorrecta; ou o da pronúncia *seteira*, que o *Dicionário* preconiza, quando *sêiteira* < *sagitaria*, não só mais corrente, corresponde melhor à etimologia; ou ainda o da pronúncia *fêiteira*, que, embora etimológica, coexiste com *feteira* (que se usa por exemplo na ilha Terceira). Ora a Academia, embora há muitos anos já tenha trocado a designação de *Academia Real das Ciências* pela de *Academia das Ciências de Lisboa*, nem por isso deixou de funcionar e de se assumir como *Academia Nacional das Ciências*, e é por isso que lhe assiste o direito de aconselhar ao conjunto do país normas para o uso, grafia e pronúncia dos vocábulos da língua que é de todos – sob pena de amanhã se terem de criar Academias das Ciências do Porto, de Coimbra, etc., para que a pronúncia prevalecente nessas partes adquira, como a de Lisboa, direito de cidade. Uma barra oblíqua, como no caso de *tíw* / *tíu*, resolveria o problema...

Pode ainda discutir-se se é válido e operacional o critério de elaborar um dicionário limitado ao *português contemporâneo*, recenseando apenas os termos registados em textos ou autores dos séculos XIX e XX. Numa língua que desde os séculos XVI-XVII evoluiu tão pouco como a nossa, o critério parece-nos demasiado artificial, até porque, ao que supomos, qualquer escritor se sentirá, como pessoalmente nos sentimos, autorizado a utilizar um vocábulo um tanto mais arcaico desde que ocorra nas páginas de Camões ou de Vieira. Sobretudo, o critério adoptado torna, como adiantámos já, o *Dicionário* praticamente inútil para quem se dedique à edição de manuscritos e outros textos antigos, o que é pena. Na prática, a utilidade de um dicionário acaba por residir particularmente em quatro ou cinco categorias de termos: os arcaísmos, os neologismos, os cultismos, os regionalismos e os termos técnicos que contenha, pois os de uso corrente não carecem de se buscar no léxico. Haverá sempre mais gente a procurar num dicionário (em vão, no caso vertente...) termos como *velido*, *paracetamol*, *monopsónio*, *alelopático*, *avessedo*, *fiolho* ou *codicilo* do que à procura de *casa*, *porta* ou *janela*. Ora o nosso *Dicionário* revela-se extremamente pobre quer em arcaísmos quer em regionalismos; como em compensação formigam os neologismos, em regra tomados do inglês, apenas uma ou outra vez adaptados à nossa ortografia, facilmente tomará corpo a ideia de que a Academia das Ciências de Lisboa não vê com maus olhos a substituição gradual do português por aquilo a que há tempos ouvi Raul Miguel Rosado Fernandes designar pitorescamente por *europês*... Se não há dúvidas em que é indispensável registar os neologismos que estão em uso, ainda que bastas vezes representem autênticos barbarismos, nem por isso se deveria a Academia demitir da função pedagógica que é também a sua. Porquê não escrever em itálico os estrangeirismos, como faz por exemplo o *Concise Oxford Dictionary of Current English* com termos como *ferae naturae*, *fête champêtre*, *feu de joie*, *feuilleton*, *fiancé* ou *fidus Achates*? Porquê registar *live* como adjectivo inglês, remetendo em tom neutro e indiferente, com um simples *vide*, para a locução portuguesa «ao vivo», em vez de, menos fleumática mas mais pedagogicamente, ousar definir o termo como «anglicismo desnecessário, perfeitamente substituível pela expressão portuguesa *ao vivo*»?

Vocábulos luso-orientais

Feitas estas observações genéricas e preambulares, passemos ao tema que nos trouxe aqui.

De entre os vocábulos que podemos classificar de luso-orientais, muitos são comuns à antiga Índia Portuguesa, a Macau, a Timor e até aos dialectos crioulos de Malaca, Ceilão, Chaul, etc. Esse fenómeno não espanta: nos séculos XVI e XVII, época em que o português se difundiu no Índico como língua de comércio, o chamado «império português» era muito mais uma rede de comércio marítimo, em que os vocábulos, como as cousas e as pessoas, andavam em circulação, do que um império na acepção tradicional do termo, ou seja, um espaço geograficamente definido e politicamente unificado. Não admira assim que no português de Goa estejam em uso vocábulos de origem malaia, como *balchão*, *bebinca* e *dodol* (de que, diga-se de passagem, o *Dicionário* apenas regista o último e a variante *balichão* do primeiro, usada em Macau), que em Timor se use para designar o arroz com casca e a planta do arroz o termo dravídico *néli* ou *nele* (também omissos), que em Macau se use da voz de origem arábica *cabaia* para designar uma peça de vestuário chinês, e em Timor para designar uma blusa de tipo javanês (significado omissos no *Dicionário*), etc. Os compiladores deste, mesmo sem abdicarem do seu critério de apenas recensar termos atestados em textos dos séculos XIX e XX, poderiam, com pouco trabalho, ter inventariado tais termos luso-orientais escolhendo no *Glossário Luso-Asiático* de Monsenhor Sebastião Rodolpho Dalgado, publicado pela Academia em 1919-21, que dá abundantes abonações para cada vocábulo, os que permaneciam em uso no século XIX e começos do imediato, quando o douto filólogo goês compilou a sua obra. Parece que se não tentou tal tarefa, do que resultou serem as omissões muitíssimas. Cito as que detectei numa busca rápida, sem pretensões de exaustividade, começando por termos em uso sobretudo em Goa; abstenho-me de dar a etimologia de cada termo, que se poderá achar *apud* Dalgado, a não ser quando se torne mister corrigi-lo ou completá-lo:

- *bebinca*, «doce de leite de coco e ovos, às camadas» (do malaio *bebingka*, forma antiga – ainda com o *aumento* ou redobro incompleto – de *bingka*, *bingkang* ou *bekang*, doce mais conhecido por *kueh lapis*, «bolo de camadas»); o termo é hoje corrente em Portugal, onde o preparado se encontra com facilidade em qualquer restaurante goês ou mesmo indiano;
- *belimbim* ou *bilimbim*, fruta da *Averrhoa bilimbi*, L., da família das Oxalidáceas, usado na confecção de caris;
- *bertalha*, planta semelhante ao espinafre, comestível como hortaliça (*Basella rubra*, L., família das Baseláceas, outrora classificada nas Quenopodiáceas); há duas variedades, branca e vermelha, podendo esta ser também utilizada em tinturaria;
- *brindão*, fruto da *Garcinia indica* (Thouars) Choisy, da família das Gutíferas, usado para sumo ou seco (em *solans*), para confecção de caris;
- *careteira*, planta cucurbitácea (*Momordica charantia*, L.), conhecida em Timor por *baria*, cujos frutos, semelhantes a pepinos peludos, muito amargos, são, quando bem cozidos, comestíveis e usados no tratamento da diabetes;
- *chardó*, nome da segunda das castas em que se dividem os cristãos de Goa, a seguir à dos brâmanes;
- *chicu*, por outro nome, também omissos, *sapotilha*, fruto comestível da *Manilkara zapota*, (L.) P. Royen (outrora classificada como *Achras sapota*, L.), da família das Sapotáceas;

- *combalenga*: o mesmo que *camalenga* (forma atestada desde 1554 e muito mais frequente);
- *corumbim* (ou *cunebi*), «membro de uma casta, relativamente baixa, de agricultores de Goa, que representam provavelmente os antigos habitantes do país, subjugados pelos árias»;
- *dessai*, «título dos antigos senhores ou concessionários de aldeias», ainda em uso como título *sine re*, frequentemente incorporado a nomes próprios como apelido;
- *faraz*, nome que hoje se dá em Goa ao indivíduo da casta dita em concanim *mahar*, mas que designava outrora o moço de estrebaria e, por extensão, o indivíduo de baixa extracção social (certamente do árabe *faras*, «cavalo»);
- *fenim*, «aguardente forte, de palma ou de caju, obtida por dupla destilação»;
- *gergelada*, «doce de gergelim (sésamo)»;
- *jagra*, «açúcar mascavado de palma ou de cana» (mas diz-se na entrada *dodol* que esse doce se confecciona com *jagra*, sem que o vocábulo mereça a sua própria entrada);
- *manducar* ou *mundcar*, «colono, caseiro, rendeiro»;
- *mangerição-de-pagode*, a planta sagrada das casas hindus, dita *tulos* em concanim e *tulsi* em hindi (*Ocimum tenuiflorum*, L., outrora classificado como *O. sanctum*, da família das Labiadas);
- *moringueiro*, nome vulgar da *Moringa oleifera*, Lam., da família das Moringáceas, de sementes oleaginosas, cujas folhas, flores e frutos semi-maduros são comestíveis como hortaliça e cuja raiz tem aplicações medicinais;
- *mungo*: espécie de feijão de grão redondo (*Vigna radiata*, [L.] R. Wilczek, da família das Leguminosas);
- *naire*, «casta guerreira e terratenente do Malabar, de costumes matrilineares»;
- *nimbo*, do concanim *nimb*, nome que se dá em Goa à conteira ou amargoseira (*Melia azedarach*, L., da família das Meliáceas, hoje frequente nos arruamentos dos arredores de Lisboa), de aplicações medicinais, cujos raminhos são usados pelos indianos para lavar os dentes, sobre que Garcia de Orta disserta no seu *Colóquio XL*;
- *pândano*, nome que se dá a diversas plantas do género *Pandanus*, Parkinson, da família das Pandanáceas, por vezes comestíveis (como o *P. tectorius*, Sol. ex Parkinson, outrora classificado como *P. odoratissimus*, Roxb., usado para aromatizar e tingir de verde doces e outros cozinhados), cujas folhas são usadas em cestaria, na confecção de guarda-sóis, para cobrir casas, etc.;
- *pimpolo*: nome que se dá em Goa à *Ficus religiosa*, L. da família das Moráceas, venerada como sagrada em toda a Ásia do Sul e Sueste (entre os budistas a título de o Buda ter atingido a iluminação suprema à sua sombra);
- *sar-dessai*, «dessai (*q. v.*) chefe, arqui-dessai»;
- *satirão*, árvore também conhecida na Índia por *puna bastarda* (*Sterculia foetida*, L., da família das Esterculáceas) e em Timor pelo nome tétum *ai-nitas*, de sementes oleaginosas e comestíveis, e de madeira aproveitável;
- *sissó*, árvore *Dalbergia sissoo*, Roxb. ex DC, da família das Leguminosas, de excelente madeira negra semelhante ao pau-santo;

- *urraca* ou *orraca*, «aguardente fraca, geralmente de sura, obtida por destilação simples» (o *Dicionário* regista contudo a forma mais antiga *araca*, hoje, tanto quanto sabemos, obsoleta);
- *xamuça*, *samuça* ou *samoça*, «frito triangular com recheio de carne ou vegetal» (do persa *samusê* ou *samusa*, pelo hindustano).

Igualmente omissos estão os nomes de diversas moedas antigas, que já se não cunham hoje mas são muitas vezes citadas em textos históricos, como *larim*, *xerafim*, *pardau*, etc., tão dignas de menção como as dracmas de Atenas ou os asses de Roma, que o *Dicionário* se não esquece de registar. O *pardau* é ainda hoje usado como moeda de conta em Timor, para avaliar os búfalos que fazem parte dos barlaques ou dotes nupciais. *Tanga* consta do *Dicionário* mas não se dá o seu valor (ultimamente $\frac{1}{16}$ da rupia), nem se explica que é a moeda actual do Bengala Oriental ou Bangladesh. *Poiçá*, moeda que no tempo dos portugueses valia $\frac{1}{4}$ de tanga ou 3 réis, e hoje $\frac{1}{10}$ da rupia, não consta.

Diga-se dos pesos e medidas o que se diz das moedas: porquê registar *bar* (em textos antigos também, *baar* ou *bahar*) sem dar a sua equivalência (c. 160 a 240 kg, conforme os portos)? Porquê omitir *faraçola*, *cer* ou *ceira*, *ganta*, *mão*, *candil*, etc.?

Passando da Índia a Macau o panorama melhora nitidamente, pois, tanto quanto podemos avaliar, notam-se muito menos omissões e incorrecções; mas se passarmos a Timor, deparamos com idêntica profusão de vocábulos omissos. Aí bastaria ter presente a lista de vocábulos luso-timorenses que publicámos in «Timor – Notas histórico-linguísticas», *Portugaliae Historica*, vol. II, Instituto Infante D. Henrique, Faculdade de Letras de Lisboa, 1974 (pp. 167 a 300), a que ajuntámos alguns retoques in *Babel Loro-Sa'e – O Problema Linguístico de Timor Leste*, Cadernos Camões, Instituto Camões, Lisboa, 2001. De entre os vocábulos omissos no *Dicionário* podemos mencionar como mais correntes:

- *acadiro*, o mesmo que *lontar* (do tétum *akadīrun*);
- *axorca*, espécie de manilha ou polaina de pele de cabra, de função decorativa, que os timorenses põem nos tornozelos nos dias de festa (do árabe *ax-xurka*, «pulseira»);
- *barlaque*, casamento segundo os ritos gentílicos, que envolve o pagamento de um dote, dito também *barlaque*, pela família do noivo à da noiva (do malaio *ber-*, prefixo que forma verbos de sentido geralmente possessivo + *laki*, «homem, varão, marido»);
- *coulão* ou *coilão*, lagoa ou albufeira que se forma na foz das ribeiras, terreno alagadiço, vala de drenagem (do malaiala *kollam*, «albufeira, lagoa», talvez através do malaio *kolam*, «tanque, aquário, piscina»);
- *cuda*, pequeno cavalo de Timor (do tétum ou do malaio *kuda*, da mesma raiz do concaním *ghoddo*, «cavalo»);
- *daia*, parteira nativa, curandeira (aparentemente do persa *dâyè* ou *dâya*; se não, do malaio *dayang*, «aia, açafta, servidora»);
- *dato*, nobre de Timor, membro da classe a que pertencem os liurais e os chefes de suco; título de nobreza conferido pelo Yang di-Pertuan Agung ou rei da Malásia (do tétum *dato* ou do malaio *datuk*, originalmente «tio», depois «repeitável, nobre senhor»);
- *estilo*, sacrifício de animais da religião tradicional timorense;
- *estramangueira*, nome que se dá em português de Timor à casuarina (fam. Casuarináceas), chamada em tétum *cakeu*; em Timor ocorre em duas espécies distintas:

- no litoral, sobretudo nos areais das ribeiras, predomina a *Casuarina equisetifolia*, L. na montanha a *C. junghuniana*, Miq.;
- *gamute*, fibra impermeável (conhecida em tétum por *táli-mêtan*, «corda preta») extraída da tuaqueira e usada para fabricar cordas ou para cobrir casas (do malaio *gomuti*, *gemuti* ou *gomutu*);
 - *gondão* ou *gondoeiro*, nome que se dá em Timor e em Macau à *Ficus benjamina*, Lin., frondosa árvore da família das Moráceas, de raízes aéreas pendentes como a árvore-da-gralha ou pimpolo de Goa (*Ficus religiosa*, L.), menores, contudo, do que as da árvore-de-raízes (*Ficus bengalica*, L.); é chamada em malaio *baringin* ou, como em javanês, *waringin*, e em tétum *hali* (do malaio, sundanês e javanês *gondang* ou *kondang*, que designa nessas línguas uma espécie vizinha, a *Ficus variegata*, Bl.);
 - *laco*, pequeno animal de Timor (*Paradoxurus musanga*, Wall., da família dos Viverrídeos), que lembra um gato com cauda de raposa e se alimenta de grãos de café, seleccionando os melhores, de que digere a polpa, evacuando a semente, que pode ser recuperada e constitui o *café de laco*, o mais apreciado de Timor;
 - *lipa*, espécie de sarão de tecido estampado, geralmente aos quadradinhos, que os homens e por vezes as mulheres usam como traje, enrolado à cinta (aparentemente do malaio *lipat*, «dobrar, dobra», por serem todos do mesmo tamanho, dobrando-se à medida do corpo de cada um);
 - *liurai*, régulo de Timor (do tétum *liurai*, talvez derivado do malaio *lurah*, «chefe», forma aparentemente paronímica, como se fosse formada de *liu*, «atravessar, passar, ultrapassar, superar» + *rai*, «terra»);
 - *meda*, pequeno marsupial da família dos Falangerídeos (*Phalanger orientalis*), que ocorre nas planícies da costa sul de Timor, designado pelos antigos autores portugueses, como Fernão Lopes de Castanheda, António Galvão, Gabriel Rebelo, etc., por *cuço*, voz de origem molucana;
 - *nele* ou *néli*, arroz por descascar, planta do arroz (do tâmul ou do malaiala *nel*, noutras línguas dravídicas *nellu* ou *nelli*); o termo, substituído nessa acepção por *bate*, subsiste em Goa no sentido de «terra afecta à sustentação do culto de um pagode»;
 - *pagar*, sebe de uma horta (do malaio *pagar*, «sebe, paliçada, vedação»);
 - *palavão*, nome que se dá em Timor às espécies locais do género *Eucalyptus*, da família das Mirtáceas: o palavão-branco (*Eucalyptus alba*, Reinw.), de tronco tortuoso e casca branca, comum sobretudo nas zonas baixas e secas vizinhas do litoral, dito em tétum *bubur*, e o palavão-preto (*Eucalyptus decaisneana*, Bl.), de tronco alto e direito e casca mais escura, que predomina nas terras altas e dá uma madeira aproveitável ainda que ordinária, dito em tétum *ai-ru* (do malaio *pelawan*, que originariamente não designava um eucalipto, pois os não há em país malaio, mas outras mirtáceas de grande porte: a *Tristania sumatrana*, Miq., comum na região de Palimbão, no SE de Samatra, também conhecida em malaio por *kayu mulu*, *seluncur* ou *canjal*; e a *T. subauriculata*, dita também em malaio *keruntum* ou *seluncur*, cuja madeira, negra, rija e duradoura, é como a do palavão-negro usada na construção de casas).
 - *pateca*, nome indo-português da melancia (*Citrullus lanatus* [Thumb.] Matsum & Nakai, da família das Cucurbitáceas), que permanece corrente em Timor e é o

- étimo do francês *pasteque* e do tétum *pateka* ou *bateka* (do árabe *biṭṭikha* ou *baṭṭikha*, nome de unidade de *biṭṭikh* ou *baṭṭikh*, «melancia»);
- *pomal*, defeso, cousa sagrada, tabu (do malaio *pemali*), o mesmo que *lúlik* em tétum;
- *pontiana*, fantasma de mulher morta grávida (do malaio *puntianak*);
- *rumbia*, o mesmo que sagueiro [= sagüeiro] (*Metroxylon sagu*, Rottb.), palmeira cujo espique farinado dá sagu, base da alimentação de várias populações da Insulândia, da Micronésia e da Nova Guiné, mas menos comum em Timor, designada em tétum por *tua-naa* ou *kamria*; tem folhas penatissectas, que se usam na cobertura de casas e no fabrico de cordas e vassouras (do malaio *rumbia* ou *rambia*);
- *suangue*, papão, feiticeiro, pessoa que devora a alma de outra ou lhe tira a vida por bruxedo (do malaio *suangi*, «espírito maligno»), o mesmo que *búan* em tétum;
- *tais*, pano timor artesanal, que se pode usar enrolado à cinta ou, quando maior, como manta (do tétum *tais*, «pano, tecido, roupa»);
- *tuaca*, vinho de palma (do malaio *tuak*);
- *tuaqueira*, palmeira (*Arenga pinnata* ([Wurmb.] Merr. ou *A. saccharifera*, Labill.) de que se extrai tuaca e gamute;

Para além destas omissões há a registar incorrecções no significado e na etimologia de diversos vocábulos. A mais grave é o termo *maubere*, que é definido como «relativo aos mauberes, povo asiático que habita a região de Timor-Leste» e dado como um etnónimo! Não existe nenhum povo assim chamado! Mau Bere (ou Bere Mau, é indiferente) é um antropónimo timorense reputado assaz plebeu, e por isso usado quase como substantivo comum no sentido de «zé-ninguém, indivíduo desprezível»; daí se forjou a expressão *povo maubere*, equivalente ao português «zé-povinho, arraia-miúda», para designar a população rural timorense oprimida e explorada – expressão por vezes aplicada, um tanto abusivamente (pois é pejorativa e há muito quem se sinta ofendido com o seu uso), ao conjunto da população timorense – com uma nítida conotação política e social, mas sem qualquer conotação étnica ou linguística que permita considerá-la um etnónimo.

Mutiçala não é exactamente, como diz o *Dicionário*, um colar de coral (sem embargo de aparecerem sucedâneos em coral), mas de pasta de vidro (vidro não soprado), repuxada e cortada em troços (para mais pormenores vide o art. «moetisalah» in J. PAULUS, [S. de Graaf & D. G. Stibbe, met medewerking van W. C. B. Wintgens], *Encyclopaëdie van Nederlandsch-Indië*, samengesteld door Mr. Dr..., 2.^a ed., 4 vols. + 3 supls., Haia & Leida, 1912-32, s. v.). O étimo tampouco é o tétum *mutiçala*, mas o malaio *mutisalah*, já que em tétum o seu nome é *morteen*.

Mainato não é, pelo menos em Timor, o mesmo que *mainata*: *mainato* é o masculino e aplica-se a homens que desempenham o mister de lavandeiros-engomadeiros, *mainata* o feminino usado para mulheres que fazem o mesmo serviço.

Pelo menos em Timor, igualmente, *jambeiro* não é, de perto nem de longe, o mesmo que *jamboeiro*: *jambeiro* é a árvore que dá o *jambo* (*Syzygium jambos*, [L.] Alston, da família das Mirtáceas) ou o *jambo-de-água* ou *jambo-branco* (*S. aqueum* [Burm. F.] Alston, outrora classificado no género *Eugenia* como o precedente), ao passo que *jamboeiro* ou *jambueira* é a que dá a *jambua* ou *jamboa*, nome que em Timor se dá à toranja (*Citrus maxima* [Burm.], Merr, da família das Rutáceas, outrora classificada como *C. decumana*, L.), derivado do malaio *jambua*. O *Dicionário* omite o termo *jamboleiro*, árvore que dá o *jambolão* (*Syzygium cumini*, [L.], Skeels, da família das Mirtáceas, outrora classificado como *Eugenia jambolana*). Diga-se de passagem que a identificação botânica do *jambo*

como *Loreya stringosa* da família das Melastomatáceas nos parece, em qualquer caso, pura fantasia.

Deveriam constar do *Dicionário* os termos *buguiz* (plural *buguizes*, em malaio *bugis*), e *macaçar* (plural *macaçares*, em malaio *makasar*), nome de dois povos do sudoeste de Celebes, confederados entre si desde começos do século xvii, que tiveram outrora uma presença importante nas costas de Timor, desempenhando um papel importante na sua história, e reapareceram em grande número como transmigrantes durante o período de ocupação indonésia. São termos encontrados nos livros referentes a história de Timor e que por isso não deveriam ser omitidos, como o não são os dórios nem os eólios, que para mais cessaram de ter existência histórica.

Outros termos referentes ao Oriente

No vocabulário referente à Ásia e ao Oriente em geral notam-se uma série de omissões e também algumas pequenas incorrecções ou pelo menos imprecisões de significado. Algumas poderiam ter sido remediadas se se tivessem tido em conta as excelentes notas às *Décadas* de Diogo do Couto editadas por Maria Augusta Lima Cruz (saíram já a IV e a VIII).

Entre os vocábulos omissos anotamos, sem pretensões de exaustividade:

- *austronésio*, povo de língua pertencente à família austronésica, uma larga família de línguas aglutinantes formado pelas línguas nativas da Formosa e pelas do grupo malaio-polinésico, faladas de Madagáscar às ilhas de Hawai e Páscoa e das Filipinas à Nova Zelândia, a que pertencem o malgaxe, o malaio, o jau ou javanês, o tagalo, o tétum e a maioria das línguas de Timor, o maori, etc.;
- *bengala*, habitante e língua do Bengala (ocidental, estado da União Indiana, oriental ou Bangladesh); é a forma clássica, só recentemente concorrenciada por *bengali*. O *Dicionário* regista *bangladechiano*, «natural do Bangladeche»; *Bangladesh* significa à letra «País Bengala» e não seria impossível traduzir-se assim; mas uma vez que o termo já entrou no uso geral não há que o excluir, há é que ortografá-lo *Bangladexe*, pois o *ch* nota tradicionalmente uma africada palatal surda (que ainda soa assim em Trás-os-Montes e muitas partes das Beiras, franjas do Alto Alentejo, Cabo Verde, e salvo erro também certas zonas do Brasil), que transcreve o *ca* (= *cha*, *txa*) dos silabários indianos, e o que ocorre aqui é a fricativa palatal surda *ça*, *śa* ou *sha*, que dá sempre em português *x*.
- *cálamo-aromático*, nome vulgar do *Acorus calamus*, L. da família das Acoráceas (em muitas classificações incluída na das Aráceas), droga sobre que Garcia de Orta disserta no seu *Colóquio XI*;
- *carejita* (*kharedjita*), sequaz de um terceiro ramo do Islão, distinto do sunismo e do xiismo, de tendências igualitárias, que professa a elegibilidade absoluta do califado;
- *chim*, «o mesmo que china ou chinês», não é certamente abreviação de *chino*, só mais tarde atestado, antes parece derivar directamente do persa *chîni* ou da forma homónima em malaiala, pois ocorre já em 1502, no planisfério dito de Cantino, ao passo que *China* vem provavelmente do malaio *Cina* (ou *China*), pois só aparece na nossa literatura após a chegada dos portugueses a Malaca;
- *corânico* ou *alcorânico*, relativo ao Corão ou Alcorão; herdeiros alcorânicos são, segundo o direiro muçulmano, os que têm uma quota na herança fixada pelo livro sagrado e que por isso não podem ser deserdados (filhas, pais, cônjuge sobrevivente e irmãs);

- *espiquenardo*, i. e., «espiga de nardo», nome vulgar da raiz, que lembra uma espiga, da *Nardostachys grandiflora*, DC (outrora classificada como *N. jatamansi*) da família das Valerianáceas, usada em perfumaria e em farmacopeia, sobre que Garcia de Orta disserta no seu *Colóquio L.*;
- *galanga*, nome vulgar das raízes de diversas Zingiberáceas usadas em farmacopeia e, por vezes, como especiaria, particularmente a *Alpinia galanga* (L.) Sw, do Sueste Asiático, dita *galanga maior* e a *A. officinarum*, Hance, da China, dita *galanga menor*, mas também de várias espécies do género *Kaempferia*, como a *K. galanga*, L., etc.;
- *ismaelita*, o mesmo que ismaeliano, sequaz do ramo do xiismo que aceita a legitimidade do imamado de Ismael;
- *jaina* (*jainista*, *jainismo*), adepto de uma religião de salvação fundada na Índia no séc. VI a. C. por Pârçva e reformada por Vardhamâna, cognominado Mahâvira («grande homem») ou Jîna («o vencedor»), de onde o nome da seita, de tendência ascética e pacifista, com afinidades com o budismo;
- *madraça* ou *madraçal*, escola de teologia muçulmana (do árabe *madrassa*, «lugar de ensino»);
- *malóbatro*, folha aromática muito apreciada pelos Antigos, identificável com a de caneleira (*Cinnamomum spp.*, da família das Lauráceas), usada como especiaria e em perfumaria, sobre que Garcia de Orta disserta no seu *Colóquio XXIII*, «do fólio índico» (provavelmente do sânscrito *tamalapatra*, lit. «folha negra», através do grego e do latim, com falso corte, que levou a identificar a sílaba inicial da palavra com o artigo neutro plural grego *tá*);
- *mogol*, *mogor*: referente ao Império Mogol, que dominou o Norte da Índia de 1526 a 1857; o vocábulo, que provém do persa *mughal*, «mongol», servia para designar todos os muçulmanos imigrados que constituíam a classe dirigente do império, desde que oriundos de países a ocidente do Afeganistão, englobando, portanto, não só os de origem turco-mongol como também os persas, embora entre si distinguíssem cuidadosamente o iraniano, em geral xiita, dito *mughal irânî*, do turco, turcomano ou mongol, geralmente sunita, dito *mughal tûrânî* (de Tûr, o filho do rei persa semi-mítico Farîdûn, a quem, segundo o célebre poema *Xâh-Nâmè* de Ferdausi, teria cabido na repartição dos estados de seu pai, c. 750 a. C., a Transoxiana, o actual Turquestão). Quanto a *mongol*, que o *Dicionário* dá como derivado do persa *mugal*, resulta evidente quer da sua fonética, que preserva o *n* medial, quer do seu significado étnico preciso, que não deriva daí, mas do próprio nome que os mongóis dão a si próprios, bem conhecido na Europa desde a *Historia Mongolorum* de Frei João de Piano del Carpine (c. 1248);
- *mulá* ou *moulá*, doutor da lei, letrado ou religioso muçulmano, no Irão e na Índia, especialmente entre os xiitas (do árabe *maulâ*, «mestre»; cf. *maulâya*, «meu mestre, meu senhor», étimo do português *mulei*, título de um soberano, especialmente do sul-tão de Marrocos, e *maulana*, «nosso mestre, nosso senhor», encontrado em documentação referente à Indonésia, praticamente equivalente a *ulemá*);
- *neo-árico*, nome genérico que por vezes se dá às modernas línguas indianas derivadas do sânscrito, pertencentes por conseguinte ao ramo indo-iraniano da família indo-europeia. O *Dicionário* dá diversos termos (v. g. *chita*), como derivados do neo-árico (forma cómoda de dizer que deriva de um vocábulo comum a várias línguas neo-áricas, resultando impossível determinar de qual efectivamente provém), mas não traz a entrada *neo-árico*;

- *palestino*, termo atestado em português desde o século xiv, excluído pelo *Dicionário* e preterido pela forma *palestiniano* inventada pelos nossos jornalistas para traduzir o inglês *Palestinian* ou o francês *palestinien*;
- *pangaio*, *pangaia*, remo não articulado no casco da embarcação que se maneja segurando-o com as mãos ambas, termo que entrou na linguagem de marinharia mesmo fora da Ásia (do malaio *pengayuh*, substantivo verbal da raiz *kayuh*, «remar» – e não de *pinggang*, «cintura», como aventa Dalgado). Não sabemos se o termo *pangaio*, «tipo de embarcação da África Oriental» deriva de aí;
- *tajique*, habitante do Irão ou da Ásia Central de língua persa, em especial habitante do Tajiquistão (do persa *tâjik*, indivíduo que não é árabe nem turco, logo, geralmente persa; por seu turno de um termo turco que designava os sedentários, agricultores ou citadinos, por oposição aos nómadas das estepes). O *Dicionário* apenas regista *tajiquistanês*, forma inutilmente complicada, baseada numa lógica que levaria a designar o natural do Afeganistão por *afeganistanês* em vez de *afegão*;
- *turcomano*, o mesmo que turquemenos (do persa *turkmân*, por seu turno do turco *türkmen*, «aturcado, semelhante aos turcos»), nome de uma população turcófona da Ásia Central. É extremamente duvidoso que, como pretende José Pedro Machado, derive do francês, pois João de Barros (*Década* IV, iii, 13) já usa como topónimo a forma *Turcomânia*, que pressupõe o etnónimo *turcomano*; de qualquer modo na forma plural *turquimães* o etnónimo está atestado desde começos do século xvi em Duarte Barbosa, Tomé Pires, Castanheda, etc. A forma *turquemenistanês*, a única que o *Dicionário* regista, é tão redundante como *tajiquistanês*;
- *ulemá*, praticamente o mesmo que alfaqui ou mulá (*cf. supra*); do árabe *‘ulamâ*, plural de *‘alîm*, «perito, piloto, douto, doutor»;
- *uzbeque*, povo turcófono da Ásia Central que habita o Uzbequistão. É termo que ocorre já em 1562 nos *Colóquios* de Garcia de Orta (col. vii & xxxiii): «a província de Uzbeque é Tartária, chamada por nós de uma cidade dita Tartar que há nela, e o homem que é natural dela chamam-lhe tártaro e aos outros chamam-lhe uzbeques, como quem dicesse toledano ou espanhol, lisbonez ou português». Reaparece na mesma forma na *Ásia* de João de Barros (IV, vi, 2). O *Dicionário* apenas regista a forma redundante *usbequistanês*, que merece além disso um outro reparo: porquê com *s*, que implica uma pronúncia apical ou dorsal da sibilante, que desfigura o vocábulo? A observação vale igualmente para *masdeísmo* em vez de *mazdeísmo*, *asteca* em vez de *azteca*, e não sei se algum caso mais, formas de um nacionalismo fonético que, em nosso modesto entender, roça pelo ridículo e rescende, de qualquer modo, aos tempos de Oliveira Salazar em que foi compilado o *Vocabulário* da Academia, que aportuguesava à *outrance* tudo quanto cheirasse a estrangeirismo – mas que não quadra bem num dicionário que confere direito de cidade a *show-off*, *upgrade*, *offshore*, etc., etc., etc. Em italiano, apesar do *z* ter normalmente uma pronúncia africada, escreve-se *uzbeco*, *mazdeismo* e *azteco*, sem que Dante se revolve na tumba... No caso do português parece que a língua tende naturalmente a preservar a distinção entre *ç*, pré-dorso-alveolar, e *s*, apical e depois dorsal, mesmo em final de sílaba, quando necessário à custa de epêntese de vogal surda: é assim que o árabe *Baçra* dá em português *Baçorá* que *al-masqâ* dá, como veremos abaixo, *almáçega*, etc. Se a presença do *z* antes de consoante, que não incomodava Garcia de Orta nem João de Barros, fere a vista dos nossos ortógrafos, porquê não introduzir então grafias como *uzebeque*, *azteca* e *mazedaísta*, que desfiguram muito menos a pronúncia? Já escrevemos *afegão*, onde o persa tem *afghân*, bom precedente para que se generalize aos povos vizinhos a epêntese!;

- *vixnuíta*, devoto de Vixnu, partidário da religião de Vixnu, uma das variantes do hinduísmo;
- *xivaíta*, idem, mas da religião de Xiva (apenas consta a forma menos usual *xiva-ísta*);
- *zedoária*, espécie de curcuma, também conhecida por *zerumbet* (*Curcuma zedoaria*, [Christm.] Roscoe, da família das Zingiberáceas), usada em farmacopeia, a que Garcia de Orta dedica o seu *Colóquio LVI*;

De entre os vocábulos cuja explicação deixa a desejar, citamos:

- *baniano* ou *baneane* não é exactamente o membro de uma seita religiosa da Índia, mas o de uma casta mercantil do Guzerate (o nome vem aparentemente do guzerate *vâñiyân*, plural de *vâñiyo*, mercador, ou de qualquer sucedâneo neo-árico do sânscrito *vañigjana*, «homem de negócios») – sem embargo de muitos mercadores guzerates seguirem a religião jaina (cf. *supra*), de onde o antigo hábito, hoje caído em desuso, de designar os jainas por banianos;
- *birmaná*, *birmane*, *birmano*, *birmanês*, não derivam exactamenmte de *Birmânia*, que é já de si um derivado de *birmano*, mas de *Birmá* ou *Bermá*, o nome antigo do país em português, encontradão nos nossos autores de Quinhentos e Seiscentos. Onde o *Vocabulário* da Academia, inexplicavelmente, apenas registava *birmane* (galicismo flagrante, visto não existir em português nenhum sufixo *-ane* para formar etnónimos), o *Dicionário* regista, e muito bem, todas as outras formas, embora a nosso ver apenas *birmano* seja aceitável, já que *birmanês* é uma forma hipercaracterizada, comparável ao que seria **italianês* para o habitante de Itália. O nome sânscrito do país é *Brahmâ*, de onde o malaio *Berma* ou *Birma* que está na origem da forma clássica portuguesa homónima; quanto a *Myan-mar*, é, segundo tudo leva a crer, apenas a adaptação do termo sanscrítico *Brahmâ* à fonética, assaz *sui generis*, do birmano, língua monossilábica e tonal do grupo tibeto-birmano, aparentemente aparentado ao sínico. A pretensão do governo do país a que este seja designado internacionalmente pelo seu nome local, *Myan-mar*, é, por conseguinte, tão estulta quanto seria a da França se exigisse que lhe chamássemos *Frrance*, já que cada língua tem a sua própria fonética. *Bermá*, forma mais próxima do étimo do que a forma usada no idioma local, está assim nas mesmas condições que a cidade de Colónia, que conserva em português, espanhol e italiano o seu nome latino, que na língua local evoluiu para *Köln*;
- *cã*, *cão*, não são dois vocábulos distintos, derivado um «do turco tártaro (*sic!*) *han*», outro «do tártaro (*sic!*) *khân*». É difícil decidir de que língua exactamente deriva a forma portuguesa: em última análise deriva de *qaghan*, *khaghan* ou *khâqân*, título adoptado em 402 A. D. pelo chefe da grande confederação nómada dos juan-juan, centrada na Mongólia, em substituição do de *shan-yü* usado pelos chefes das confederações que anteriormente haviam dominado a região; este título (helenizado em *καγᾶνος* pelos cronistas bizantinos a partir de Menandro Protector, c. 581, e latinizado em *kaganus* ou *cakanus* pelos ocidentais) foi trazido para a Europa pelos ávaros; na forma *qa'an* foi retomado no século XIII pelos sucessores de Gengis Cão, que reinaram em Caracorum e em seguida em Pequim; e, na forma *hakan* (*hakan* *ı* *berreyn* *u* *bahreyn*, «imperador dos dois continentes e dos dois mares»), usado pelos sultões Otomanos até às primeiras décadas do século XX; mas que saibamos não deixou traços na documentação portuguesa. A forma *khân* ou *qân* (aparentemente abreviação turca da forma mongol *qaghan*), que conheceu muito maior difusão e está na origem do português *cã* ou *cão*, foi adoptada pelos turcos

da região do Altai (mais conhecidos pelo nome que lhes dão os textos chineses, *t'u-chüeh*), quando no século VI sacudiram o jugo dos juan-juan e constituíram o seu próprio império. Foi com a conversão dos turcos ao islão que penetrou no mundo muçulmano, sendo usado pelos Qarakhânidas, dinastia turca que reinou no Turquestão Ocidental e no Oriental do século X ao XIII. Com os Seldjúcidas (sécs. XI-XII) tornou-se um título de nobreza, ainda que o mais elevado de todos, superior aos de *malik* («rei», em árabe) e *amir* («emir», literalmente «comandante, capitão», em árabe), conhecendo em seguida, sobretudo na Índia muçulmana, uma degradação mais intensa, até se tornar à semelhança do castelhano *don* ou do inglês *esquire*, um mero apelativo de cortesia, dado a todos os muçulmanos de certa posição social, sobretudo aos de origem patane; muitos incorporaram-no ao nome como apelido. A partir da *Historia Mongolorum* de Frei João de Piano del Carpine (c. 1248) o termo, transcrito por *chan* ou latinizado em *chanus* ou mesmo em *canis*, torna-se frequente na literatura ocidental, sobretudo para designar o *Chanus Magnus*, o «Grão Cã da Tartária», então sediado em Caracorum; com o *Livro* de Marco Polo, redigido em francês em 1298, passa às línguas românicas. É na versão portuguesa dos escritos de Marco Polo e Nicolò de' Conti publicada em 1502 por Valentim Fernandes que, na forma *gram cham*, o encontramos pela primeira vez em português – pelo que em rigor se deveria dizer que deriva do latim, de onde os textos foram traduzidos, embora o termo latino remonte ao mongol;

- *chacal*: parece de facto remontar ao turco *çakal* (*chaqal*, como o *Dicionário* escreve, é transcrição da ortografia otomana, em caracteres árabes, abolida por Kamal Atatürk em 1928), mas certamente através do francês, já que apenas está atestado em português no último quartel do século XIX, sendo o termo clássico português *adibe* ou *adive* (do árabe *adh-dhi'b*, «lobo»), que o *Dicionário* não regista;
- *curdo*: parece-me duvidoso que derive do francês *kurde*, quando se acham já referências ao Curdistão em autores portugueses do século XVII como Pedro Teixeira;
- *hindi*: embora com relativamente pouco efeito prático, está de facto oficialmente declarado «língua nacional» da Índia, mas é exagero dizer que seja «língua literária», uma vez que, devido à concorrência do persa, língua oficial do sultanado, durante muitos séculos, é até uma das línguas da Índia de literatura mais pobre, a não ser nas suas versões dialectais. Não se explica que é um dos dois grandes dialectos do hindustano (urdu, mesclado de persa e árabe e escrito em caracteres arábicos, utilizado pelos muçulmanos, e hindi, mais recheado de cultismos usurpados ao sânscrito e escrito em caracteres devanagáricos, utilizado pelos hindus);
- *hindustano* ou *hindustani*: faz falta a mesma explicação; diz-se que o termo foi inventado em 1787 pelo linguísta inglês Gilchrist para designar a língua principal do Hindustão, e que só a partir de aí penetrou no persa; mas os nossos jesuítas de finais do século XVI já o empregam de quando em vez. De caminho: porquê escrever *hindu* e *hindustano* mas *Indostão*? *Hindustão*, como *hindu*, deriva do persa (*Hendustân*) e não do nome greco-romano *India*, pelo que não vejo razão para lhe suprimir o *h* inicial;
- *imã* (ou *imamo*): a definição como «sacerdote muçulmano» não é feliz, visto no islão não haver propriamente sacerdócio; mais exacto seria dizer «mestre, guia, condutor da oração numa mesquita, presidente de uma comunidade muçulmana». Haveria que registar também a acepção de «chefe espiritual supremo da comunidade dos crentes, para os xiitas que não reconheciam o califado sunita». Uma vez que o termo em árabe é *imâm*, melhor será designar a sua dignidade (*imâma* em

árabe) por *imamado* que por *imanado*, como faz o *Dicionário*, pois *imanado* não conota *imâm*, «mestre, condutor», mas antes *imân*, «fé»;

- *indonésio*: em sentido linguístico tem dois sentidos diferentes: sub-grupo de línguas do grupo malaio-polinésico (*cf. infra*), que compreende quase todas as da Indonésia; e nome oficial (*bahasa indonesia*, «língua indonésia») dado na Indonésia ao malaio usado como língua veicular no Arquipélago desde a hegemonia do império malaio de Seri Wijaya em Samatra (séc. VII-XI) e adoptado como língua nacional pelos nacionalistas indonésios no *Sumpah Pemuda*, «juramento da juventude» de 1928;
- *iraniano*: em sentido linguístico não designa uma língua, como o *Dicionário* pretende, mas um vasto grupo de línguas, que compreende além do persa, língua oficial do Irão, o pashto do Afeganistão, o bakhtiyari do SW do Irão, o curdo, línguas do Cáucaso como o ossete, e línguas extintas como as dos citas e sármatas da Antiguidade, o sogdiano da Idade Média, etc.;
- *ismaeliano*: não resulta claro que o Ismael que deu o nome à seita nada tem a ver com o Ismael da Bíblia: trata-se de Isma'íl (m. 762), 7.º imã xiita, ao que parece excluído da sucessão por seu pai, que aliás lhe sobreviveu, mas lhe preferiu seu outro filho, Mûsâ'l-Kâzîm, que os ismaelianos não reconhecem;
- *ismaelita*: o significado de membro «da tribo judaica de Ismael» é incorrecto, visto não haver nenhuma tribo judaica de Ismael (*cf. Gén. 35, 22-26*): as tribos judaicas tinham os nomes dos filhos de Jacob ou Israel de que eram supostas descender, e Ismael, considerado o antepassado dos árabes, era filho bastardo de Abraão, e portanto irmão de Isaac, logo, tio (e não filho) de Jacob;
- *malaio-polinésico* é definido de forma infeliz, pois não significa exactamente «o que é simultaneamente da Malásia e da Polinésia» (o que na prática é um pouco difícil...) ou «reúne simultaneamente as características da Malásia e da Polinésia», mas antes o que respeita aos malaio-polinésicos, grupo de povos que falam línguas da família que engloba *entre muitas outras* o malaio e as línguas da Polinésia (engloba também todas as de Madagáscar e da Micronésia e quase todas as da Indonésia e as da Melanésia, à excepção das do interior da Nova Guiné, classificadas como papuas). Por exemplo o tétum é uma língua malaio-polinésica, mas não se pode dizer que seja «simultaneamente da Malásia e da Polinésia», pois não é de uma nem de outra. Para tornar as coisas mais claras haveria que registar na entrada *malaio* a acepção, hoje obsoleta, de «insulindiano, indonésio, habitante do Arquipélago Malaio», comum no século XIX, que é o que explica expressões como «raça malaia», «malaio-polinésico», etc.;
- *patchouli*, nome do perfume extraído do *Pogostemon cablin* (Blanco) Benth., da família das Labiadas (ou de plantas afins como o *P. heyneanus*, Benth., ou pachuli indiano e a *Microtoena patchouli* [C. B. Clarke] C. Y. Wu & Hsuan, ou pachuli da China), parece-nos galicismo gráfico por *pachuli*, forma em nosso modesto entender preferível;
- *paxá* vem, de facto, do turco (a forma antiga *baxá* vem por via árabe), mas é o mais elevado título de nobreza após o de sultão, não significando de modo algum «comandante de navio»; talvez a confusão venha do facto de, com a proclamação da república na Turquia, terem sido aí abolidos os títulos de nobreza, continuando-se, contudo, a usar *paxá* no sentido de «almirante»; mas é na origem um título real e não naval, pois deriva do persa *pâdshâh*, «senhor protector, soberano, imperador»;

- *persa* não é apenas o que se refere à antiga Pérsia, mas também o que se refere à moderna Pérsia, sendo assim, como *grego*, termo ambíguo, que, nomeadamente, designa duas línguas bem distintas, que estão entre si, uma antiga outra moderna, como o latim para o português; a definição «grupo de línguas originárias do Sudoeste do Irão» é infeliz, pois embora com variações dialectais o persa moderno, às vezes para o distinguir do antigo, designado por *fârsî* (*zabân-e fârsî*, à maneira árabe, ou, muito mais raramente, *zabân-e pârsî*, à maneira persa tradicional, «língua persa»), língua oficial do Irão e a língua materna de c. 50% dos iranianos, é uma língua relativamente homogénea, fixada por uma rica tradição literária, utilizada também no Afeganistão e no Tajiquistão e, como língua literária e de cultura, pelos muçulmanos da Ásia Central e da Índia; o seu carácter de língua culta reflecte-se no provérbio «quando um cão turco vai à cidade ladra em persa». Os outros idiomas do grupo SW da família iraniana (*bakhtiyârî* e *lûrî*) são línguas distintas do persa, língua do Fars ou Pérsia *stricto sensu* (região de Xiraz). Portanto, exactamente ao invés do que o *Dicionário* pretende, *persa* é uma língua, *iraniano* um grupo ou família de línguas;
- *sultão*: o étimo é o árabe *sultân*, que significa «poder, potência, autoridade»; o título foi, por assim dizer, criado pelo califa abácida Al-Qâ'im (1031-1075), que o conferiu ao caudilho seldjúcida ʿIzz al-Din ʿIzz al-Din, que em 1055, entrando em Bagdad com as suas tropas, o libertou da tutela dos vizires búyidas ou buwáyhidas, simpatisantes do xiismo, divulgando-se muito rapidamente em seguida; não parece muito feliz dá-lo em primeiro lugar como «antigo título dos imperadores da Turquia», pois existiu antes deles e continua a existir depois deles; para mais o título de consonância mais imperial dos soberanos otomanos não era o de sultão, muito comum, mas antes o de *hakan* *ı berreyn u bahreyn* (cf. *supra* s. v. «cã, cão»);
- *tártaro* é definido como «relativo à Tartária, região euro-asiática» – que em vão buscará o leitor em qualquer atlas de geografia, pois é topónimo de há muito obsoleto. Achará quando muito a República Tatar, que faz parte da Federação Russa, mas tem a capital em Kazan, bem dentro, portanto, da Europa. Seja como for, não é *tártaro* que vem de *Tartária*, é *Tartária* que vem de *tártaro*, pois é a *Tartária* que tem sufixo. Quanto a *tártaro*, provém de *tatar*, nome de algumas tribos do grupo mongol, atestadas historicamente desde o século VIII, que chegaram a formar uma importante confederação que foi absorvida pelo império mongol no século XIII. Conhecidos entretanto no Ocidente, o seu nome (contaminado com o latim *tartarus*, «inferno», conotando o carácter infernal que se atribuía às suas incursões) serviu para designar os mongóis que c. 1240 invadiram a Europa e, em seguida, de uma maneira genérica, todos os povos nómadas da Ásia interior; fossem do grupo turco ou do mongol. Subsistiram aqui e além bolsas tatars, de que a mais notável foi a que formou na Crimeia um canado ou khanato independente que durou até 1771, mas *tártaro* permaneceu um nome vago, sem precisão etnológica, e por isso foi de há muito abandonado, tal como o topónimo correspondente *Tartária*;
- *turco*, não é apenas o que se refere à Turquia, mas também o que se refere ao Turquestão (Turquestão chinês ou Sinkiang [Hsin Chiang/Xinjiang], Uzbequistão, Turquemenistão, Cazaquistão); ainda que com variações dialectais, fala-se turco não só nesses países como no Azerbaijão, e em partes do Irão, da Sibéria e até da Rússia europeia;
- *vizir* provém do árabe *wazîr*, «ministro», através do turco e do francês, mas conviria notar as antigas formas provindas directamente do árabe: *alvasil*, *alvasi*, *algozil* e *guazil*.

Palavras de origem asiática

Muitas das etimologias de palavras de origem asiática dadas pelo *Dicionário* são pouco correctas, umas vezes por este repetir erros em que incorreram Dalgado e José Pedro Machado (cujo *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, diga-se de passagem, me merece menos confiança do que o seu *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*), outras vezes por os copiar mal.

Nomeadamente, foram de forma arbitrária suprimidos os sinais diacríticos (pontos por baixo e por cima das letras) indispensáveis para distinguir fonemas que nessas línguas se opõem pertinentemente. Que diriam os compiladores do nosso dicionário se amanhã num dicionário etimológico de tétum se escrevesse que *bensaun* deriva do português *bencao* (em vez de *bênção*)? Ou se um dicionário etimológico hispânico desse – referindo-se a um simpático quelónio que todos conhecemos e não à vítima de qualquer inopinado acidente intestinal – o português *cagado* como equivalente do castelhano *galápago*? O número de fonemas varia de idioma para idioma, e há oposições fonológicas que sendo pertinentes num o não são em outros. O alfabeto latino foi concebido para notar o latim e, sem o uso de sinais diacríticos suplementares, não é sequer perfeitamente adequado à notação do português – pois não permite, por exemplo, distinguir graficamente *pega* (ave) de *pega* (da panela), nem *corte* (del-rei) de *corte* (de alfaiate). O árabe, como as demais línguas semíticas, opõe as consoantes ditas «enfáticas» (i. e., acompanhadas de constrição da laringe) das simples, de modo que *katama* «esconder» é perfeitamente distinto de *qaṭama* (com *q* e *ṭ* laringalizados), «cortar, arrancar»; *naẓīr*, «pequeno, insignificante» é distinto de *naẓīr* (com *ẓ* enfático) «semelhante, correspondente, comparável», etc. As línguas indianas, tanto neo-áricas como dravídicas, opõem em geral as consoantes dentais (*t*, *d*, *n*), articuladas com a língua a tocar os dentes, às chamadas «cerebrais» ou retroflexas (*ṭ*, *ḍ*, *ṇ*), pronunciadas com a ponta da língua revirada a tocar o céu da boca; assim, por exemplo, em concanim, *vāḍī* (geralmente grafado pelos cristãos de Goa *vaddi*, com *dd* a notar o *d* retroflexo), «povoado, lugarejo» não se confunde com *vādī* «correia, cinto», nem *vāḍo* ou *vaddo* «bairro, quarteirão» com *vādo* «voto, opinião». O persa (como aliás também o árabe e a maioria das línguas da Índia) opõe vogais longas (que aqui assinalamos com o acento circunflexo) a breves, de modo que *dar* significa «porta» mas *dār* significa «pau»; *bad* significa «mau» mas *bād* significa «vento»; e o verbo simples, intransitivo, *gozashṭan*, «passar» é distinto do verbo derivado, transitivo, *gozāshṭan*, «deixar, colocar»; etc.

Ora estas distinções não são apenas significativas do ponto de vista da língua de que os vocábulos procedem: são-no também do da forma fónica que assumiram na nossa. Assim o *-ḍ-* (enfático) árabe tem geralmente uma pronúncia lateral que o aproxima de um *l*, e por isso dá em português *-ld-* (como dá em malaio *-dl-*); se se diz que *aldeia* provém de *ad-daiā*, fica por explicar de onde lhe advém o *-l-*, o que resulta claro se se transcrever correctamante, *aḍ-dai'a*; o mesmo se diga de *arrabalde* (de *ar-rabaḍ* e não de *ar-rabad*).

Assim, não é correcto dizer que *nirvana* derive do sânscrito *nirvāna*, quando deriva de *nirvāṇa*, que *pāṇḍita* remonte a *paṇḍita*, quando a forma é *paṇḍita*, *brāmaṇa* a *brāhmaṇa* (é *brāhmaṇa*), etc. O erro é particularmente grave, como abaixo veremos, no caso das palavras derivadas do árabe, cujo étimo se torna bastas vezes irreconhecível.

No caso das palavras derivadas do chinês haveria que definir duas coisas: primeiro, o sistema de transcrição utilizado, pois há vários; segundo, de que dialecto deriva o vocábulo, pois o cantonês, de que deriva a maior parte das palavras que passaram ao português em Macau, é na realidade uma língua tão diferente do mandarim ou pequinês (chamado *p'u t'ung hua*, «língua comum, língua corrente») como o português o é do francês, o que não permite a intercomunicabilidade.

Num dicionário etimológico, eu preferiria a transcrição do chinês segundo o sistema de Wade, usado na Formosa e em muitas escolas europeias e americanas, sobretudo anglo-

-saxónicas, e isto por duas razões: primeiro porque as letras têm aí aproximadamente o mesmo valor que em inglês, o que torna as etimologias mais claras para o leitor não especializado do que usando o sistema *pinyin*, oficialmente adoptado na China continental, assaz hermético para os não iniciados; segundo, porque serve tanto à notação do mandarim como do cantonês. Como, no entanto, o *pinyin* tende a generalizar-se, uma boa solução seria dar entre parêntesis a transcrição nesse sistema após a forma de Wade, e assim farei nos casos que em seguida aduzo. Para o cantonês atendo-me ao sistema usado pelo *Dicionário Chinês-Português* da Imprensa Nacional de Macau.

O que acima afirmamos resulta claro de dois exemplos: diz-se, e muito bem, que o termo *xantungue* (ou talvez melhor *xantum*, como se escreve a seguir), nome de certo tipo de seda, deriva «do topónimo chinês Shandong [transcrição em *pinyin* do nome da província chinesa de Shan Tung, lit. «orientes montanhosos»] através do inglês Shantung»; resultaria mais claro e mais exacto escrever que provém «do topónimo Shan Tung (Shandong)», dando em primeiro lugar a transcrição Wade e entre parêntesis a transcrição *pinyin*, e deixando em paz o inglês, que não sabemos se tem realmente algo a ver com o assunto. Do mesmo modo para *taoísmo*, tornar-se-ia mais claro dizer que é voz formada sobre o termo filosófico chinês *tao* (*dao*), «via»; as grafias *tau*, *tauísmo* que o *Dicionário* dá, não nos parecem justificadas em português, já que *tau*, indicado como étimo, é uma transcrição defeituosa, que não coincide nem como o sistema de Wade, nem com o *pinyin*, nem com o agora obsoleto sistema da École Française d'Extrême-Orient, que usava *tao*; pela mesma lógica escrever-se-ia *mauísmo* em vez de *maoísmo*. De tal modo, aliás, faz *tauísmo* figura de preciosismo que o próprio *Dicionário* se distrai e dá mais adiante os termos *yang* e *yin* como termos técnicos «da filosofia *taoísta* chinesa»...

Dá-se para muitas palavras usadas em Macau o étimo «chinês», sem nunca se explicar se se trata de cantonês (caso quase geral) se de mandarim: diz-se assim, e muito bem, que *barco-dragão* é um calque de chinês *long-chau*, mas seria melhor explicar que se trata da forma cantonesa (*lông châu*) correspondente ao mandarim *lung chou* (*longzhou*); *tancar* deriva do cantonense *tan ka*, forma correspondente ao mandarim *tan chia* (*danjia*); etc.

Da supressão quase geral dos diacríticos resultou a desapareição do apóstrofe, que indica uma ligeira aspiração da oclusiva surda precedente. Assim *panchão*, deriva do cantonês *p'au cheong* e não exactamente de *pan cheong*, que significaria uma coisa inteiramente diferente, *chacoi* deriva de *ch'á kôi*, «casa de chá» e não exactamente de *cha koi*; etc. É verdade que no sistema *pinyin* se não usa o apóstrofe; mas mesmo assim evita-se a ambiguidade notando as surdas não aspiradas (*p*, *t*, *ts*, *k*, *ch*) pelas letras normalmente utilizadas para as sonoras correspondentes (*b*, *d*, *z*, *g*, *j* ou *zh*), tornadas inúteis pela inexistência de verdadeiras sonoras em chinês.

Mais dois reparos:

— *chá* (que evidentemente, como muito bem se afirma, não deriva do hokkien *t'e*, étimo do malaio *teh* e através dele do nome do chá na maioria das línguas da Europa), para falar com propriedade tampouco deve derivar do mandarim *ch'a* (*cha*), mas antes da forma homófona, *ch'á*, em cantonês, visto ter certamente sido na zona de Cantão que os portugueses tomaram conhecimento do produto (mencionado pela primeira vez na obra de Frei Gaspar da Cruz, que visitou a China em 1556). Como o chá é em seguida, a partir de 1565, referido bastas vezes nas cartas dos jesuítas portugueses no Japão, pode admitir-se que o termo tenha penetrado definitivamente na nossa língua através do japonês *cha*, que por seu turno deriva do mandarim *ch'a*;

— *sampana* não me parece ter penetrado no português através do francês, pois achei em documentos de c. 1512 a expressão *juriçampana*, que transcreve o malaio *juru sampan*, «encarregado das sampanas». Seja como for a etimologia que o

faz remontar ao chinês *san pan*, «três tábuas» é uma etimologia popular, desprovida de valor científico: por um lado a forma é *sam pan* em cantonês, *shan pan* (*shanban*) em mandarim e não exactamente *san pan*; por outro os caracteres com que se grafa o composto não correspondem aos que significariam «três tábuas». Parece que na realidade se trata da adaptação chinesa de um termo khmer (cambojano) que passou também ao malaio na forma *sampan*.

Passando agora às palavras a que se atribui uma origem sanscrítica, há que notar quando os portugueses chegaram à Índia o sânscrito conservava entre os hindus a sua importância ritual de sempre; mas desde a conquista muçulmana e a fundação do sultanado de Delhi no século XIII vinha gradualmente perdendo, em favor do persa, o seu papel de língua diplomática e cortesã, e de veículo de conhecimentos científicos e técnicos. Não admira que os primeiros portugueses, que contactavam sobretudo com a sociedade dos portos e com os meios mercantis, se não tenham durante muito tempo apercebido sequer da sua existência. Foram os jesuítas quem no descobriu. A referência mais antiga que lhe conhecemos é a de uma carta de S. Francisco Xavier, datada de 1544, em que regista: *Habent brachmanes quaedam veluti sacrarum monumenta litterarum, quibus divinas leges contineri ferunt. Lingua in docendo magistri utuntur recondita, cujusmodi est apud nos Latina*. Quanto ao nome *sāskṛtam* (lit. «composto, confeccionado», oposto a *prākṛtam*, «natural, vernáculo», dado à língua falada corrente), por que é conhecido desde o século V ou VI da nossa era, a sua primeira transcrição em língua europeia ocorre numa carta de Filippo Sassetti datada de 1587, em que lhe chama *lingua sanscruta*; mas os jesuítas portugueses designam-na as mais das vezes por *latim da Índia*, *latim dos brâmanes* ou ainda *guerredão* ou *guerindão* (transcrição aproximada de *grantham*, que na realidade designa no sul da Índia não propriamente a língua mas o alfabeto usado para transcrever o sânscrito, que possuindo muito mais fonemas do que as línguas dravídicas se não pode escrever em caracteres tâmulos). Um dos primeiros jesuítas a interessarem-se pelo sânscrito foi o célebre P.^e Roberto de Nobili, que o aprendeu em Madurai na primeira década do século XVII, vindo a propor à Santa Sé que na Índia se adoptasse como língua litúrgica em lugar do latim; mas a primeira gramática sânscrita em língua ocidental (no caso vertente em latim) apenas foi redigida c. 1660 por um jesuíta alemão da missão do Grão-Mogol, o P.^e Heinrich Roth. O interesse pelo sânscrito só se desenvolveu na Europa desde que em 1796 o seu parentesco com as principais línguas europeias foi claramente afirmado por Sir William Jones, que se pode assim considerar o pai da linguística indo-europeia. O ensino do sânscrito espalhou-se no Ocidente sobretudo depois de Franz Bopp (1791-1867) ter fundado em sólidas bases metodológicas o estudo da gramática comparativa das línguas indo-europeias. Em Portugal foi introduzido no Curso Superior de Letras por Guilherme de Vasconcelos Abreu, em 1877.

Resulta daqui que em português apenas podem remontar directamente a uma origem sanscrítica cultismos introduzidos por via livresca no século XIX, como *veda*, *nirvana*, *yoga*, etc. É por isso que na nossa literatura o nome do segundo estamento da sociedade ariana (que, por sinal, o *Dicionário* omite) é normalmente *quetri* (do concanim *khatṛi* ou *khetṛi*), atestado desde 1600, apenas se registando a forma *kshastri* (o mais correcto seria *cxatria*), que transcreve aproximadamente o sânscrito *kṣatriya*, em 1896. O mesmo se passa com o terceiro estamento, os *vêixias* (também omisso), *vaiçya* em sânscrito, designado em textos seiscentistas e setecentistas por formas como *vaissá*, *vaissu*, *oixé*, etc., usurpadas às línguas neo-árnicas (*vaixu* ou *vaixó*, no plural *vaixé*, em concanim, etc.). A maioria das palavras que o *Dicionário* dá como derivadas do sânscrito, embora em última análise o sejam, entraram assim no português através de línguas intermediárias. Assim:

— *brâmane*, atestado em romance desde o século XIII (na literatura do ciclo de Alexandre), deve derivar do latim *brachmanae*, *-arum* ou *brachmanes*, *-um*, usado

por Plínio, Amiano Marcelino, Tertuliano, etc.; se foi reintroduzido em português no século XVI foi-o certamente através do malaiala; mas admira que nesse caso não tenha mantido o *-a* final do sânscrito que o malaiala preserva. Diga-se de passagem que é incorrecto definir brâmane como «sacerdote da religião de Brama», já que por um lado Bramá (Brahmâ, em sânscrito, de onde a preferível acentuação oxítone em português), divindade criada pela especulação bramânica, não é geralmente objecto de culto, e que, por outro, o termo *brâhmaṇa*, aparentemente correspondente ao latim *flamen*, é muitíssimo mais antigo que o nome, masculino, Brahâmâ, relacionando-se antes com o nome, neutro, da mesma raiz *brahman*, «espírito, sopro vital, sopro criador». Seja como for os sacerdotes das religiões de Vixnu e Xiva – as duas divisões maiores do hinduísmo – também são brâmanes!

- *cingalês*, habitante ou língua de Ceilão, remonta sem dúvida ao sânscrito *Siṃhala*, lit. «morada de leões» (que através de um derivado, certamente adjectivo na origem, *siṃhalana* deu o árabe *Sayalân*, étimo do nosso *Ceilão*), através de um intermediário neo-árabe, provavelmente o próprio cingalês – e não através do tâmul, que não possui o fonema *s*, transformando-o, nas palavras que importou do sânscrito, na africada palatal surda transcrita por *c*, que dá em português *ch*, de onde a forma *chingala*, *chingalá*, que o *Dicionário* não regista mas que é muito comum na nossa antiga literatura. Quanto ao moderno nome oficial por que se veio a designar a república constituída na ilha de Ceilão, a melhor grafia seria *Xri Lancá*, «a próspera Lancá», forma esta usada já por João de Barros; em rigor dever-se-ia dizer *a Xri Lancá* e não *o Sri Lanka*, já que Lancá é feminino; mas é quiçá demasiado tarde para remar contra a maré...;
- *pândita* é, de facto, termo usurpado ao sânscrito, mas a forma tradicional é *pandito*, que o *Dicionário* não regista, atestada em português desde 1574, que deriva certamente do concaním *panndit* – de onde quer a terminação quer a acentuação paroxítone;
- *rajá*, não remonta certamente ao sânscrito *rajaḥ*, que é forma que não existe (o tema, por que as palavras vêm alfabetadas nos dicionários, é *rajan-*, o nominativo *râjâ*, pela mesma razão histórica por que em latim temos *homo*, *hominis*, ou *caro*, *carnis*; *rajaḥ* é grafia inglesa para figurar a pronúncia oxítone do vocábulo nas línguas neo-áricas do norte da Índia). Deriva, de facto, em última análise, do sânscrito *râjâ*, mas através de uma forma dravídica ou neo-árica homófona, impossível de determinar, visto o vocábulo se ter tornado de uso geral quer na Índia quer no Sueste Asiático;
- *sudra*, nome do quarto estamento da sociedade indiana tradicional, correspondente aos anátrias, *i. e.*, não arianos, populações autóctones submetidas pelos indo-europeus, não deve derivar do sânscrito *śūdra* (em que o *ç* nota uma fricativa palatal idêntica ao nosso *x*, também transcrita por *s* com acento agudo – que o *Dicionário* omite como aos demais diacríticos – ou, por vezes, por *sh*), que daria *xudra* (forma atestada, mas assaz raramente); remonta certamente ao concaním *sudr* (vulgarmente *sudir*), de onde a hesitação frequente em textos antigos entre *sudro* e *sudra*; não é impossível que esta derradeira forma seja influenciada pelo malaiala *śudram*. Seja como for, definir *sudra* como membros de uma das castas «que faz os trabalhos mais rudes ou vivendo em condições miseráveis» é inadmissível: primeiro porque insinua a ideia de que abaixo dos sudras não há castas mais baixas, quando há tudo o que os ingleses chamam *out-castes*, ou seja, o que comumente chamamos párias ou intocáveis; segundo, porque a hierarquia das castas é uma hierarquia de pureza ritual e não de *status* económico, de modo que o viver ou não em condições miseráveis não faz de modo algum parte da definição;

terceiro porque nem sequer é verdade que os sudras façam os trabalhos mais rudes (geralmente deixados aos intocáveis) nem vivam em condições miseráveis: nomeadamente no sul da Índia, onde praticamente apenas há brâmanes e sudras, constituem muitas vezes a aristocracia terratenente local, vivendo com desafogo – como é nomeadamente o caso dos naires do Malabar;

- *sura*, «seiva da palmeira, de que se extrai a jagra e de por fermentação se prepara a urraca e o fenim», atestado em português desde 1537, não pode derivar do sânscrito *surâ*, que era desconhecido à época; nem sequer parece derivar, como sugere Dalgado, do concanin *sur*, devendo antes remontar ao malaia, que como todas as línguas dravídicas e também o malaio, conserva, ao contrário das línguas neo-áricas, as vogais finais do sânscrito e tem a forma *sura*.

Mais um reparo: não existindo em sânscrito, nem na maioria das línguas que dele derivam, as vogais breves *e* e *o*, mas apenas as longas correspondentes, pronunciadas respectivamente *ê* e *ô*, fechados, a pronúncia correcta de palavras como *veda* (e daí *vêdico*, etc.), *yoga*, etc., é *vêda*, *yôga*, etc. e não *vêda* e *yôga* como pretende o *Dicionário*.

Passando às palavras de origem malaia, as incorrecções que detectamos no *Dicionário* são menos desculpáveis, pois tivemos ocasião de rever todo esse problema em dois artigos recentes, que bastaria ter consultado para as evitar: «L'influence du malais sur le vocabulaire portugais», in *Papers from the III European Colloquium on Malay and Indonesian Studies*, Instituto Universitario Orientale, Nápoles, 1988, pp. 251 a 265; e «Alguns vocábulos portugueses de origem malaia» in *Persembahan – Studi in Onore di Luigi Santa Maria*, Instituto Universitario Orientale, Nápoles, 1998, pp. 405-423. Quase todos os erros são reproduzidos de Dalgado, que não conhecia tão bem o malaio como as línguas indianas, embora na maioria sejam meros erros de ortografia, que nem sequer o eram em dias de Dalgado, quando o malaio se escrevia ainda as mais das vezes em caracteres árabes e não se dera ainda o acordo ortográfico entre os quatro países de língua oficial malaia (Malásia, Indonésia, Brunei e Singapura), de que saiu a *éjaan baru* ou *éjaan baharu* («nova ortografia»), em vigor desde 1972 (em que as letras têm aproximadamente o mesmo valor que em português, excepto o *c* que nota uma africada palatal surda, quase idêntica ao *ch* transmontano ou castelhano, *i. e.* = *tx*). A ela nos ateremos.

A ortografia usada por Dalgado, que o *Dicionário* reproduz, é pois, além de inteiramente obsoleta, pouco fonética, pois transfere para a transcrição uma série de irregularidades da escrita *jawi* (alfabeto árabe adaptado à notação do malaio) que resultavam apenas da contaminação do malaio por hábitos gráficos da notação do árabe. Não existindo em malaio a oposição entre vogais breves e longas que existe em árabe, as semivogais, usadas em árabe para notar o *a*, o *i* e o *u* longos, são geralmente utilizadas para notar as vogais das sílabas abertas (*i. e.*, terminadas em vogal), com excepção do *e* mudo dito *e pepet*, que geralmente não é notado, mesmo nas sílabas abertas. As vogais das sílabas fechadas (*i. e.*, terminadas em consoante), assimiladas às vogais breves do árabe, não são geralmente notadas. A oposição entre vogais breves e longas que o *Dicionário* (aqui muito menos ávido de engolir diacríticos do que alhures) escrupulosamente mantém é assim fictícia, e não há razão para dar como étimo de *orangotango* a forma *orang hûtan* em vez de *orang hutan*, ou como étimo (possível mas assaz discutível) de *beliche* a forma *bîliq kechil* em vez de *bilik kecil*. No caso do primeiro termo deste composto (como no de *badaq*, étimo de *bada* ou *abada*) há ainda a notar que na escrita *jawi* se notava normalmente por um *qof* em vez de um *kaf* o som *k* do malaio, talvez por em posição terminal a sua pronúncia ser atenuada, mas essa distinção, que não é fonologicamente pertinente, jamais passou à escrita *rumi* (em caracteres latinos) nem antes nem depois da adopção oficial da *éjaan baru*. A grafia *kakatûwa* (étimo do português *cacatua*, que o *Dicionário* apenas regista como variante da forma secundária *catatua*, sem lhe dedicar uma entrada

na sua devida ordem alfabética) deveria do mesmo modo ser substituída por *kakatua* que é a forma oficial. Como, por outro lado, não há em malaio acento tónico distintivo (propendendo-se em toda a Indonésia oriental para a acentuação paroxítona, na ocidental como na Malásia para a oxítona), não se vê razão para marcar acentos em vocábulos como *búli* (étimo de *bule*). *Bernyága*, étimo de *veniaga*, além do acento de que não carece, contém um erro ortográfico, já que o dígrafo *ny* nota em malaio um som idêntico ao nosso *nh*, o que não é o caso: a grafia correcta, correspondente à pronúncia, é *berniaga* (quadrissílabo), *bernyaga* teria dado em português **bernhaga* ou **venhaga*. Há ainda a notar que a antiga ortografia usada na Malásia se baseava no dialecto de Riau-Johor, em que há tendência a abrir a vogal da sílaba final mesmo fechada, ao passo que na pronúncia mais corrente, que a *éjaan baru* reproduz, a vogal da sílaba final fechada (terminada em consoante) é fechada (*i*, *u* e não *é*, *o*), a não ser que a abra, por uma espécie de metafonía, a influência de uma vogal aberta na sílaba precedente. A actual ortografia oficial do étimo de *tudum*, termo que em Macau designa um chapéu de palha, é assim *tudung* e não *tudong*, embora esta última forma, hoje reputada dialectal, tenha continuidade em Timor, onde se pronuncia *tudom* (forma que o *Dicionário* não regista). Identicamente o étimo de *boião* é, na ortografia actual, *buyung* e não *buyong*.

Mais alguns reparos:

- *carepa*, de origem obscura, é talvez simplesmente o masculino de *carepo* (termo usado em Timor para designar o sândalo de somenos qualidade), que certamente não provém, como Dalgado aventava, do malaio *kerapis*, «restos», mas de *kerépot* ou *keriput*, «rugoso», significação que quadra perfeitamente às demais acepções do vocábulo. É termo distinto de um homónimo (que o *Dicionário* não regista), usado em Goa para designar as conchas que aí se usam nas janelas em vez de vidro, termo que remonta ao concanim *karap*, «concha»;
- *cate*, peso de doze taéis, equivalente a um centésimo de bar ou pico, deriva do malaio *kati* (não de *katti*, pois não há em malaio geminação de consoantes!);
- *catechu*, nome dado a uma goma extraída da *Acacia catechu*, (L. f.) Willd., da família das Leguminosas (e, por analogia, a outras substâncias taninosas extraídas dos mangles ou da areca), usada na preparação de masticatórios, em farmacopeia, etc., não pode provir do malaio *kachu* (*kacu*, na ortografia actual, termo de origem dravídica), pois tem uma sílaba a mais; a forma *cacho*, atestada em português desde 1516, é que deriva daí, enquanto que a forma *cate* ou *cato*, atestada desde 1554, remonta ao concanim ou ao marata *kât*. *Catechu*, apenas atestada em 1886 e aparentemente usurpada ao inglês (em que a forma *catechu* coexiste com *cutch*), ou representa um estranho compromisso entre as duas formas ou uma ortografia defeituosa e redundante de *catchu* (= *cachu*), com epêntese de um *e* mudo;
- *junco*, «tipo de navio do Arquipélago Malaio e do Extremo Oriente»: o étimo é o malaio *jung* (e não exactamente *adjong*, embora em malaio existam as formas *jung*, *ajung* e dialectalmente também *jong* e *ajong*); outrora disse-se e escreveu-se também *jungo*, forma mais próxima do étimo, usada nomeadamente por Fernão Lopes de Castanheda;
- *malaio* não provém do jau ou javanês *maláyu* (termo que aliás nem sequer acho registado em nenhum dos dicionários de javanês que possuo), mas muito naturalmente do malaio *melayu*; fosse como fosse, os portugueses chegaram a Malaca em 1509 e a Java apenas em 1512, de modo que é muito mais natural que, se não tinham ainda ouvido falar deles na Índia, tenham aprendido a existência dos malaio e o nome do seu povo e da sua língua com os próprios malaio do que com os jaus, com quem só contactaram mais tarde. Talvez por detrás desta etimologia

- errónea esteja a tradição popular que faz derivar o nome *melayu* do verbo jau *layu* / *mlayu*, «correr, fugir», mas trata-se de uma etimologia popular, sem valor científico, ligada à lenda da fundação de Malaca por um príncipe jau homiziado;
- *maluco*, no sentido de «louco» não me parece ter a ver com o topónimo e etnónimo *maluco* (do malaio *Maluku*, nome do arquipélago dito de Maluco ou das Molucas), pois faltam inteiramente as abonações que atestem ter o termo sido, após a revolta de Ternate em 1570, utilizado no sentido de «homem feroz», como com bastante imaginação mas pouca verosimilhança crê José Pedro Machado. Não derivará simplesmente de *mal*, aparentando-se assim ao termo asturiano *maloco*, «doente?»;
 - *mandarim* tem por étimo o malaio *menteri* (e não exactamente *mantari*), mas sofreu necessariamente contaminação com o verbo *mandar*, de onde a sonora *d* em lugar do *t*; originalmente designava um conselheiro ou ministro de um rei malaio e só mais tarde se aplicou a um alto funcionário da China. A título de curiosidade pode acrescentar-se que o malaio *menteri* remonta ao sânscrito *mantrin* / *mantri*, «conselheiro», por seu turno derivado de *mantra* (subs. m.), «pensamento, sentença, conselho, fórmula mágica ou religiosa», que o *Dicionário* não regista mas podia registar, pois na derradeira acepção já entrou no português;
 - *manga* (fruto), não é certo que derive do malaio *mangga*, que, segundo alguns autores, deriva ele próprio do português; seja como for o étimo é, em última análise dravídico (tâmul *mânkây*, malaiala *mañña*, «manga verde»);
 - *tagalo* não é o mesmo que *filipino*: *tagalo* é o nome de uma etnia que ocupa o centro da ilha de Lução, em torno de Manila, e da respectiva língua, falada por uns 10 milhões de indivíduos numa população de cerca de 40; é verdade que o governo filipino a guindou ao estatuto de língua nacional, chamando-lhe *pilipino*, mas esse desiderato ficou na prática letra morta, devido à oposição dos demais grupos linguísticos, em particular o bisaya, que, com variantes dialectais, é falado por uns 12 milhões de pessoas e possui uma rica tradição literária. O tagalo não é «de origem malaia» (possui até um sistema verbal muito mais arcaico e complexo do que o malaio) mas de origem austronésica, ou mais concretamente malaio-polinésica (cf. *supra*); o seu nome deriva do tagalo *tagalog* e não do malaio *taga*, palavra que jamais escutei, que nenhum dos cinco dicionários de malaio que possuo regista e que com toda a probabilidade não existe nessa língua; e é infinitamente pouco provável que tenha entrado no português através do francês, pois é sabido que a região onde se fala o tagalo foi conquistada pelos espanhóis em 1571, e que de Manila, onde instalaram a capital, estes mantinham frequentes relações com os portugueses de Macau e de Malaca, registando-se para mais a presença de numerosos franciscanos portugueses nos conventos de Manila, como Frei Brás da Madre de Deus, autor de livro de medicina caseira filipina, São Gonçalo Garcia, um dos mártires de Nagasáqui, etc.;
 - *tafetá* provém de facto do persa *tâftè* ou *tâfta* (não há que transcrever o *h* final, meramente gráfico, que apenas serve para notar a vogal final), particípio passado do verbo *tâftan*, que *inter alia* significa «brilhar»; mas não me parece seguro que tenha passado ao português através do francês, uma vez que o documento mais antigo em que se atesta em nossa língua é um tratado de paz e comércio de 1370 com a república de Génova; parece-me mais provável que tenha entrado no português com o comércio através do italiano, visto serem sobretudo mercadores italianos quem comercializava tais têxteis;

Palavras de origem árabe

Tratamos separadamente os vocábulos de origem arábica dado o seu avultado número. Para mais, não se podem em rigor considerar de origem asiática, uma vez que na sua grande maioria derivam do árabe peninsular medieval, ou, em menor quantidade, do árabe de Marrocos, para onde os portugueses se expandiram a partir de 1415, e só em alguns casos do árabe falado no Oceano Índico, onde, como é sabido, apenas chegaram em 1498.

Os étimos dados pelo Dicionário apresentam-se quase sempre estropiados, e isto por duas razões principais: por um lado devido à supressão ou má interpretação dos diacríticos, a que aludimos já e a que voltaremos num momento; por outro porque as etimologias foram aparentemente recolhidas de diversas fontes, que utilizavam diversos sistemas de transcrição, sem que tenha havido a preocupação de os uniformizar. Assim, para *babucha* dá-se como étimo o árabe *bâboûch*, etimologia manifestamente retirada de um livro francês que transcrevia o *u* do árabe por *ou* e o *xin* (fricativa palatal surda) por *ch*; o mesmo se passa com o étimo de *razia*, o árabe dialectal *ghâziya* (clássico *ghâzâ*, *ghazwa*), transcrito, à francesa, por *rhâzia*, com o dígrafo *rh* a notar a fricativa gutural sonora *ghain*, que lembra de facto o som do *r* francês; mas para *máscara* indica-se o árabe *masjara*, o que é manifestamente retirado de um livro espanhol em que se transcrevia o *khâ* (fricativa gutural surda) por *j*, letra que, de facto, tem em castelhano, mas não nas outras línguas, um valor semelhante. Nos demais casos as etimologias foram sem dúvida retiradas do *Dicionário Etimológico* de José Pedro Machado, que utiliza um sistema assaz *sui generis*, por ele próprio inventado, mas que tem o cuidado de explicar no preâmbulo da obra, dando a equivalência dos diversos caracteres árabes às letras latinas por que os transcreve – coisa que o *Dicionário* não faz, deixando o leitor na incerteza. O mais grave, contudo, é que os étimos dados por José Pedro Machado foram sistematicamente estropiados, pois para evitar o uso de sinais diacríticos, este transcreveu as consoantes ditas enfáticas (*i. e.*, laringalizadas) por letras maiúsculas, que o *Dicionário* reduziu arbitrariamente a minúsculas, anulando uma oposição fonológica pertinente e assaz operacional em árabe, o que deixa completamente desorientado quem queira ir um pouco mais longe nas suas investigações e procurar os vocábulos em questão num dicionário de árabe. Por outro lado tanto o *espírito áspero* (‘), normalmente utilizado na transcrição do árabe para transcrever o *‘ain* (fricativa glotal sonora) como o *espírito brando* (‘), usado para notar a *hamza* (oclusiva glotal surda) foram substituídos por um acento agudo sobre a letra seguinte, o que não só suprime a oposição fonológica entre os dois fonemas como torna os vocábulos dificilmente identificáveis e insatisfatória a sua etimologia. Um exemplo: diz-se que *algaravia*, «fala ininteligível», provém do árabe *al-arabiîâ*; nesse caso, de onde lhe advém o *-g-*? A razão é que o verdadeiro étimo é *al-‘arabiya*, em que ‘ nota o *‘ain*, que embora definido pelos gramáticos de outrora como *vox tenuissima* é, de qualquer modo, uma consoante, que a maior parte das vezes cai na passagem ao português (como em *al-‘arab* > *alarve*, ou em *aḍ-ḍai’a* > *aldeia*), mas neste, e talvez noutros casos mais, passa a *-g-*.

Um outro reparo. Em árabe moderno não existe, excepto no dialecto do Egipto e nalguns outros falares arcaizantes, a gutural sonora *g*, pronunciando-se *j*, *dj*, a letra *gim* (hoje *jim*) que a notava (e é por isso que *Tejo*, que vem do latim *Tagus* por intermédio do árabe, tem uma fricativa no lugar de uma oclusiva). José Pedro Machado serviu-se dessa circunstância para utilizar a letra *g* para transcrever o *ghain*, que nota uma fricativa gutural sonora, semelhante ao *r* francês ou de Setúbal, hábito que o *Dicionário* imita. Não me parece bom costume, pois resulta daí impossível transcrever o *g* oclusivo do árabe antigo ou dialectal, que deixou traços na nossa língua (*mesquita* – embora pareça, devido ao ensurdecimento das oclusivas sonoras, ter passado ao romance através do arménio *mzkit* – remonta em última análise ao árabe antigo e dialectal *masgid* e não à forma hoje corrente *masjid*, que, com o artigo *al-* acoplado, dá em português *Almegede*, apenas atestado como topónimo).

Enumero em seguida as palavras cuja etimologia me parece defeituosa, propondo a que se me afigura correcta. O sistema de transcrição que utilizo é semelhante ao da *Encyclopédie de l'Islam*, substituindo apenas, por mor de simplicidade gráfica, o *ṣ* (que nota o *ṣad*, fricativa dental surda enfática) por *ç*, o *ḵ* (que nota o *qof*, oclusiva laringal surda) por *q*, e o *ṣh* (fricativa palatal surda) por *x*. Para as vogais longas uso o acento circunflexo e não transcrevo o *ta marbuta* final das palavras, geralmente femininas, terminadas em *a*, que na prática apenas se pronuncia quando se liga a uma palavra seguinte começada por vogal, soando então como *t*, como em antigo semítico. Por mor de clareza, embora a escrita árabe note nesse caso o *-l*, noto a assimilação do *-l* final do artigo *al* à consoante inicial da palavra seguinte quando pertença à categoria das consoantes ditas «solares» (i. e., articuladas com a língua, como o *x*- inicial de *xams*, «sol», que, ao contrário das guturais e das labiais, como o *q*- inicial de *qamar*, «lua», ditas por isso consoantes «lunares», provocam assimilação do artigo). Como o árabe apenas opõe três timbres vocálicos (*a*, *i*, e *u*), embora as vogais breves tenham frequentemente aí uma pronúncia aberta ($\approx e$, o), não utilizo na transcrição *e* nem *o*, mas sempre *i* ou *u*.

- *açaflor*, sem embargo de poder por analogia designar o açafraão (*Crocus sativus*, L. da família das Iridáceas), designa as mais das vezes a açafroa, cártamo ou açafraão-bastardo (*Carthamus tinctorius*, L. da família das Compostas); embora a forma *açaflor* possa ter sofrido contaminação com *açafrão*, não me parece resultar do cruzamento de *açafrão* com *flor*, mas, por metátese, do árabe *al-'uḡfur*, «cártamo, açafroa, açafraão-bastardo», termo de que deriva directamente o catalão *asfor* (atestado já c. 1385 no *Libre de conexenses de spícies*) ou *alasfor*, assim definido por um documento valenciano de 1404: «alasfor, alias çaffrá bort»;
- *açafrão*: o étimo é *az-za'farân*; a passagem do *z*- a *ç*- pode resultar de contaminação com o termo precedente ou com as formas relacionadas *açfar*, «amarelo», e *çaffara*, «tingir de amarelo»;
- *açougue*: o étimo é *as-sûq*, «mercado, bazar»;
- *aiatola*: o étimo é *âyat-Allah*, em que o primeiro termo pode significar, «sinal, prodígio, milagre, maravilha, modelo», mas também «versículo do Alcorão»;
- *algália*: o étimo é *al-ghâliya*, «perfume de almíscar e âmbar cinzento»;
- *algar*: o étimo é *al-ghâr*, «caverna, gruta, cave»;
- *algazarra*: o étimo é *al-ghazâra*, «abundância, excesso, profusão»;
- *aljamia*: o étimo é *al-'ajamiya*, feminino (denotando nomeadamente língua) de *al-'ajamî*, «bárbaro, estrangeiro, não árabe (especialmente persa)»;
- *almácea*: a origem não me parece de modo algum obscura, mas até muito clara: *al-masqâ*, variante de *al-misqâ*, «reservatório, cisterna, nascente, canal de irrigação»; o que é de origem obscura é o termo quase homónimo, que o *Dicionário* não regista, *almácego*, «alfobre, leira, viveiro», correspondente ao castelhano *almáciga*, com o mesmo significado;
- *almagre*: o étimo é *al-maghar*, «avermelhado, acobreado, castanho, ruivo»;
- *arraia*: o étimo é *ar-ra'îya* (no plural *ra'âyâ*), «rebanho, grei, massa tributável, povo». Por intermédio do persa e do marata ou do concaním o mesmo vocábulo dá em indo-português *roito*, «cultivador, caseiro, foreiro», que o *Dicionário* não regista;
- *arraial*: quer-me parecer que não deriva de *real* mas de *arraia* com o sufixo *-al*; é a única etimologia que quadra às diferentes acepções do vocábulo, desde «acampamento de tropas» até «festa popular»;

- *azougue*: o étimo é *az-zâwûq*, «azougue, mercúrio»;
- *benjoim*, remonta ao árabe *lubân jâwî*, lit. «incenso jau», mas por intermédio do valenciano *lo benjuí*, documentado desde 1430 (e que em 1438 passara já ao castelhano) em que o elemento *lo*, identificado com o artigo, foi isolado;
- *brasil*: estou persuadido de que é, em última análise, vocábulo de origem arábica, que sofreu contaminação com *brasa*, mas não deriva de aí: deve derivar do italiano *verzino*, termo bem atestado desde a Idade Média para designar o pau-brasil asiático (*Caesalpinia sappan*, L. da família das Leguminosas), também conhecido por *sapão* (termo que, diga-se de passagem, o *Dicionário* não regista). *Verzino* parece derivar do árabe *warṣî*, «fulvo, da cor do wars (nome arábico do chamado açafraão-do-iémen, *Memecylon spp.*, da família das Melastomataceas)»;
- *cândi*: o étimo é o árabe *qandî*, «açúcar cristalizado»;
- *carmesim*, o étimo é *qirmizî*, «da cor do quermes (*qirmiz*)»; não será *carmim* uma forma sincopada de *carmesim*?;
- *cheque*, no sentido de «desaire, contrariedade, etc.» parece-me simplesmente grafia errónea por *xegue*, «risco, perigo, etc.»; se derivasse do árabe *xâh*, mais uma razão para se escrever com *x*! mas há que notar que *xâh* significa de facto «rei», mas em persa e não em árabe (em árabe existe uma palavra homónima mas significa «carneiro») – embora na forma *xegue*, que ocorre por exemplo na expressão *xegue mate*, tenha sofrido contaminação com o árabe *xaikh*, «ancião, chefe de cabila» (termo este que o *Dicionário* não regista);
- *ciranda*: a origem do vocábulo é muito obscura, mas se deriva da raiz árabe *sarada*, *sard*, «furar, perfurar» não pode derivar através de uma forma *çârand*, que é não só inexistente como gramaticalmente impossível; se o verbo árabe *sard* tivesse passado ao persa por exemplo na forma *saridan*, ter-se-ia um particípio presente *sarandê* ou *saranda*; mas não há em persa traços de semelhante verbo;
- *coima*: a derivação do latim *calumnia* não é convincente: esperar-se-ia em tal caso antes **counha*; parece-me mais provável que o étimo seja o árabe *qâ'ima*, «conta, factura, nota», ou o seu diminutivo *qu'aima*, «continha»;
- *derrama*: é vocábulo originado pela contaminação do árabe *gharâma*, «multa, indemnização, penalidade» pelo verbo *derramar*, no sentido de «repartir, subdividir»;
- *fulano*: o étimo é, de facto, o pronome indefinido árabe *fulân*, «tal»; mas, sem embargo de ter muito tempo coexistido com a forma hoje obsoleta *fuão*, correspondente ao galego *foan*, não me parece seguro que *fulano* seja usurpado ao castelhano: pode ser forma moçárabe. Aliás, como a síncope de *-l-* e *-n-* intervocálicos em galaico-português foi relativamente precoce, houve mais palavras de origem árabe, talvez introduzidas no sul depois de consumada aquela transformação no norte, que lhe escaparam;
- *gineta*: etimologia é controversa, mas o étimo dado (*yarnéit*) não existe; o termo parece, sim, relacionado com o árabe dialectal *jarnaiṭ*;
- *jaez*: o étimo é o árabe *jahâz*, «equipamento, aparato, aplicações»;
- *jaleca*: o étimo é em última análise o turco *yelek*, «casaco», certamente através do árabe dialectal *jalîka*;
- *marrano*, *marrão*: não fica claro que se trata de duas variantes da mesma palavra, a primeira, ao que parece, importada através do castelhano (a não ser que seja forma moçárabe); o étimo é provavelmente o árabe *muḥarram* «proibido», como

parece deduzir-se da geminação do *r*, ou então a forma praticamente sinónima *maḥram* (ambas participios da raiz verbal *ḥaruma* ou *ḥarima*, «ser defeso, proibido»), e não exactamente *máhrām*, que se dá para étimo de *marrano*, nem *mḥarrām* que se indica como étimo de *marrão*. Existe ainda em português a forma derivada *marrancho*, que o *Dicionário* não regista;

- *masmorra*: o étimo é o árabe *maṭmûra*, «subterrâneo», do verbo *ṭamara*, «enterrar»;
- *monção*: conviria dizer que a forma primitiva, encontrada em textos quinhentistas e seiscentistas é *mouçã*; e não se descortina razão semântica nem fonética para não fazer derivar o vocábulo de *mausim*, «época, sazão, estação, festa periódica», mas do seu plural *mawâsim*, «estações, etc.»;
- *muçulmano*: resulta claro da fonética do termo que deriva do persa *musulmân* (e não *musliman*, embora exista também a forma *muslimân*, com *-a-* longo), por seu turno derivado, por sufixação, do árabe *muslim*, pl. *muslimûn* (e não *muyslîn*, como se lê no *Dicionário*);
- *ramadã*: étimo é o árabe *ramaḍân*;
- *rédua*: para se ser rigoroso haveria que dar como étimo o árabe *rakba* (da raiz *rakiba*, «montar») e não *ar-rakba* (com o artigo acoplado), pois nesse caso teríamos **arrécua*;
- *sáfaro* provém, de maneira não muito clara, de qualquer forma derivada da raiz árabe de *ṣaḥrâ'*, «deserto» (que por outra via dá o topónimo Sará ou Saará) – e não exactamente de *sahra*, pois tanto *saḥara*, «embruxar, encantar, enfeitiçar» como *sahara*, «estar desperto, não dormir, vigiar» são raízes verbais distintas, quer pela fonética quer pelo significado, que não devem ser confundidas;
- *sunita*, não provém do latim *sunna* mas do árabe *sunna*, «costume, prática, tradição»;
- *tagaté*: a etimologia sugerida é duvidosa, mas de qualquer forma o termo que significa «baptismo» é *tâghṭis* e não *tagatis*;
- *tufão*: o étimo parece de facto ser o árabe *tûfân* (e não *tufan*) «cheia, inundação, calamidade», sem embargo de em grego existir o termo τυφών foi, na expressão da Vulgata Latina (Act 27, 14), um *ventus typhonicus* que ia fazendo naufragar S. Paulo junto a Creta;
- *xiita*: o termo deriva, por sufixação, do árabe *xî'a*, «facção, partido, seita», e não exactamente *xîáh*;

Quanto ao termo *sapato* (ou *çapato*, como se pronuncia nas zonas em que se distingue ainda o *s* do *ç*, termo correspondente ao castelhano *zapato*, ao francês *sabot*, etc.) é demasiado simplista dizer que o étimo «é o turco *zabata*»: trata-se, por um lado, de uma forma inexistente em turco literário, embora possa existir em outros dialectos do grupo turco; por outro lado, está atestada em romance peninsular desde o século x, antes portanto de os turcos terem começado a penetrar no mundo mediterrânico (só iniciaram a conquista da Anatólia após terem vencido o imperador bizantino Romão IV na batalha de Mantzikert em 1071), pelo que há de admitir que o vocábulo penetrou na Europa ocidental por conduto de qualquer língua intermediária, provavelmente o árabe dialectal *sabbât* (em que está atestado em glossários do século xi).

Nomes de plantas

Como nos temos dedicado um pouco à história das plantas e de sua transposição de um continente para outro, sentimo-nos à vontade para abordar um outro campo em que o *Dicionário* evidencia grandes deficiências: o dos nomes vulgares das plantas. Começaremos por dar a lista dos termos que conhecíamos, buscamos, mas não achamos, para enumerar em seguida algumas outras deficiências, do foro da botânica sistemática, com que de caminho topamos. A omissão de nomes de plantas é tanto menos desculpável quanto é verdade que a Direcção Geral de Protecção das Culturas publicou em 1996 uma lista dos *Nomes vulgares de plantas existentes em Portugal*, organizada por Fátima Rocha, de 515 páginas fora os índices, ordenada por nomes vulgares e por nomes botânicos, que bastaria ter transcrito. Para as plantas brasileiras há o velho mas sempre útil *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas*, em 5 volumes, de M. Pio Correia, recentemente reimpresso.

Folheando o *Dicionário*, notámos as seguintes omissões, mas certamente muitas mais se poderão encontrar confrontando-o com a lista de Fátima Rocha:

- *alcaravia*: *Carum verticillatum*, (L.) Koch, da família das Umbelíferas, comercializado, por ignorância, sob o nome inglês *caraway* ou sob o alemão de *kümel*, que na realidade designa o cominho (*Cuminum cyminum*, L.);
- *alforvas* ou *feno-grego*: o mesmo que *fenacho*;
- *alpivre*: *Nigella hispanica*, Murb., das Ranunculáceas; dá-se o mesmo nome à *Ophrys apifera*, Hudson, das orquidáceas;
- *alquequenje*, *cereja-de-judeu* ou *tomate-capucho*: *Physalis peruviana*, L. e provavelmente também *P. alkekengi*, L., das Solanáceas;
- *amieiro-negro*: *Frangula alnus*, Miller, das Ramnáceas;
- *amor-do-hortelão*: *Gallium aparine*, L. das Rubiáceas;
- *anáfega* ou *açofeifeira*: árvore que dá a açofeifa, fruto comestível do *Ziziphus lotus*, (L.) Lam., das Ramnáceas, comum no sul do país;
- *anho-casto*, *flor-da-castidade* ou *árvore-da-castidade*: *Vitex agnus-castus*, L. das Verbenáceas;
- *arando*: *Vaccinium myrtillus*, L., das Ericáceas; *arando-de-baga-vermelha* é o *V. macrocarpon*, Aiton;
- *araticum*: nome que se dá a diversas espécies silvestres do género *Annona* do Brasil;
- *arçã*: nome que se dá tanto ao tomilho como ao rosmaninho;
- *artemísia*: nome que se dá tanto à *Artemisia vulgaris*, L., como ao *Tanacetum parthenium*, (L.), Schultz Bip., ambas da família das Compostas;
- *avoadinha*: *Conyza canadiensis*, (L.) Cronq., das Compostas, que embora importada do Canadá se tornou uma praga;
- *baganha*, *uva-de-cão*, *arrebenta-bois* ou *norça-preta*: *Tamus communis*, L., das Dioscoríáceas;
- *bardana*: *Arctium minus*, (Hill) Bernh., das Compostas; *bardana-menor* é o *Xanthium strumarium*, L., da mesma família;
- *becabunga*: *Veronica beccabunga*, L. das Escrofulariáceas;

- *bérberis* ou *uva-espim*: *Berberis vulgaris*, L., das Berberidáceas;
- *betónica*: *Stachys officinalis*, (L.) Trevisan, outrora classificada como *Betonica officinalis*, L., das Labiadas;
- *bistorta*, *colubrina* ou *serpentária*: *Polygonum bistorta*, L., das Poligonáceas;
- *bolsa-de-pastor*: *Capsella bursa-pastoris*, Medikus, e *C. rubella*, Reuter, das Crucíferas;
- *brasilete* ou *brasilaçu*: *Caesalpinia violacea*, (Miller) Standley, das Leguminosas, outrora classificada como *C. brasiliensis*;
- *buglossa*: *Anchusa* spp., das Borragináceas;
- *búgula*: *Ajuga reptans*, L. das Labiadas;
- *cajá*: *Spondias mombin*, L., (outrora classificada como *S. lutea*), das Anacardiáceas, fruto do Brasil excelente para sumo;
- *calta* ou *malmequer-dos-brejos*: *Caltha palustris*, L., das Ranunculáceas;
- *canabrás*: *Heracleum sphondylium*, L., das Umbelíferas;
- *canafrecha*: *Ferula communis*, L. das Umbelíferas;
- *carvalhinha*: *Teucrium chamaedrys*, L. das Labiadas;
- *castanha-do-brasil* ou *castanha-do-pará*: *Bertholletia excelsa*, Bonpl., das Lecite-dáceas;
- *cássia-fístula* ou *canafístula*: *Cassia fistula*, L. das Leguminosas; o *Dicionário* regista *canapístula*, que identifica como *Cacia fistola*, como planta de S. Tomé, o que nos parece ser uma tripla gralha (tanto mais que a *Flora de S. Tomé e Príncipe*, publicada pelo Jardim e Museu Agrícola do Ultramar, lhe dá como nome vulgar local o nome corrente de *canafístula*);
- *cavalinha*: *Equisetum* spp., das Equisetáceas;
- *celidónia-menor*: *Ranunculus ficaria*, L., das Ranunculáceas;
- *cersefi bastardo*: *Tragopogon porrifolius*, L. das Compostas;
- *chirivia*: *Pastinaca sativa*, L. das Umbelíferas;
- *cinco-em-rama* ou *potentilha*: *Potentilla reptans*, L., das Rosáceas;
- *cinifólio* ou *gracóla*: *Gratiola linifolia*, Vahl., das Escrofulareáceas;
- *cinoglossa* ou *língua-de-cão*: *Cynoglossum clandestinum*, Desf., e espécies congêneres, das Borragináceas;
- *cocleária* ou *erva-das-colheres*: *Cochlearia officinalis*, L., das Crucíferas;
- *coentro-de-caboclo*: *Eryngium foetidum*, L., das Umbelíferas, conhecido por *jamaia* em S. Tomé;
- *colcas* ou *colocásia*: *Colocasia esculenta*, (L.), Schott, das Aráceas;
- *coloquintida*: *Citrullus colocynthis*, (L.) Schrader, das Cucurbitáceas;
- *colza*: *Brassica napus*, L., var. *oleifera* (Moench) DC, das Crucíferas;
- *conchelos*: *Umbilicus horizontalis*, (Guss) DC, das Crassuláceas;

-
- *conchilros* ou *umbigo-de-vénus*: *Umbilicus rupestris*, (Salisb.) Dandy, das Crasuláceas;
 - *congorsa*, *congossa* ou *pervinca-maior*: *Vinca major*, L., das Apocináceas;
 - *consolda-maior*: *Symphytum officinale*, L., das Borragináceas;
 - *consolda-média*: *Ajuga reptans*, L., das Labiadas;
 - *consolda-real*: *Consolida regalis*, S. F. Grey, das Ranunculáceas;
 - *conreira* ou *amargoseira*: *Melia azedarach*, L. das Meliáceas, vulgar nos arruamentos dos arredores de Lisboa;
 - *cornichão* ou *loto*: *Lotus corniculatus*, L. e espécies congéneres, das Leguminosas, sem embargo de se dar também o nome de cornichão ao pequeno pepino (*Cucumis sativus*, L., das Cucurbitáceas);
 - *corriola*: *Convolvulus spp.*, das Convolvuláceas;
 - *cupuaçu*: *Theobroma grandiflorum*, (Sprengel) Schumann, das Esterculáceas, fruto do Brasil excelente para sumo;
 - *dulcamara*: *Solanum dulcamara*, L., das Solanáceas;
 - *ébulo*, *engos* ou *sabugueirinho*: *Sambucus ebulus*, L., das Caprifoleáceas;
 - *éfedra*: planta de que se extrai a efedrina (*Ephedra fragilis*, Desf., das Efedráceas);
 - *énula*, *ínula*, *ínula-campana* ou *madorneira-bastarda*: *Inula crithmoides*, L., das Compostas;
 - *erva-férrea*, *prunela* ou *brunela*: *Prunella vulgaris*, L., das Labiadas;
 - *escabiosa*: *Scabiosa spp.*, das Dipsacáceas;
 - *escabiosa-mordida*: *Succisa pratensis*, Moench., das Dipsacáceas;
 - *escambroeiro* ou *espinheiro-cerval*: *Rhamnus alaternus*, L., das Ramnáceas;
 - *escorcioneira*: *Scorzonera spp.*, das Compostas;
 - *escórdio* ou *camédrios-de-água*: *Teucrium scordium*, L., das Labiadas;
 - *esporas-bravas*: *Linaria triornithophora*, (L.) Willd., das Escrofulariáceas;
 - *esquinanto*: *Cymbopogon schoenanthus*, (L.) Sprengel, das Gramíneas, planta medicinal sobre que disserta Garcia de Orta no seu *Colóquio LII*;
 - *estaque*: *Stachys palustris*, L. das Labiadas;
 - *estrapoeiro*: o mesmo que *pilriteiro*, *Crataegus monogyna*, Jacq., das Rosáceas;
 - *fava-de-água*: *Menyanthes trifoliata*, L., das Gencianáceas;
 - *favária*, *favária-maior*: *Sedum telephium*, L., das Crassuláceas;
 - *fel-da-terra*: *Centaureum erythraea*, L., das Gencianáceas;
 - *fidalguiños*: *Centaurea cyanus*, L. das Compostas;
 - *fiolho*: o mesmo que *funcho* (*Foeniculum vulgare*, Miller, das Umbelíferas);
 - *gatunha*: *Ononis repens*, L. das Leguminosas;
 - *ginseng*: raiz medicinal do *Panax ginseng*, C. Meyer e do *P. pseudoginseng*, Wallich, das Araliáceas;

- *golfão*: *Eichomia crassipes*, (Mart.) Solms, das Pontedriáceas; dá-se também o nome de *golfão* ao *nenúfar* (*Nymphaea alba*, L.) e à *Nuphar lutea*, (L.) Sibth. & Sm., ambas das Ninféáceas;
- *hera-terrestre*: *Glechoma hederacea*, L., das Labiadas;
- *jatobá*: *Hymanaea courbaril*, L., das Leguminosas, árvore brasileira de madeira semelhante ao mogno, vagens comestíveis e resina adequada ao fabrico de verniz;
- *labaçol*: *Rumex obtusifolius*, L., das Poligonáceas;
- *lauréola-macha*: *Daphne laureola*, L., das Timeliáceas, de folhas venenosas;
- *licopódio*: *Lycopodium clavatum*, L., das Lycopodiáceas;
- *língua-de-sogra*: *Sansevieria trifasciata*, Prain., das Agaváceas;
- *lódão-bastardo* ou *agreira*, a árvore mais comum nos arruamentos de Lisboa, *Celtis australis*, L., das Ulmáceas;
- *losna*, *cintro* ou *acinto*: *Artemisia arborescens*, L., e *A. absinthium*, L., das Compostas;
- *marroio*: *Marrubium vulgare*, L., das Labiadas;
- *marroio-fétido* ou *marroio-negro*: *Ballota nigra*, L., das Labiadas;
- *martírios*: nome dado às diversas espécies de *Passiflora* à excepção do maracujá comestível (*P. edulis*, Sims., das Passifloráceas);
- *mastruço* ou *agrião-mouro*: *Lepidium sativum*, L., das Crucíferas;
- *meimendo*: *Hyoscyamus albus*, L. das Solanáceas, planta venenosa;
- *morrião*: *Anagalis latifolia*, L., das Primuláceas, planta venenosa, e plantas congêneres;
- *morso-diabólico*: o mesmo que *escabiosa mordida*, q. v.;
- *morugem*: *Stellaria media*, (L.) Will., das Cariofiláceas;
- *norça-branca*: *Bryonia dioica*, Jacq., das Cucurbitáceas, planta venenosa;
- *norça-preta*: o mesmo que *arrebenta-bois* (*Tamus communis*, L., das Dioscoreáceas);
- *onagra*: *Oenothera biennis*, L., das Onagráceas;
- *paparraz* ou *erva-piolheira*: *Delphinium staphisagria*, L., das Ranunculáceas;
- *pastinaga*: *Pastinaca sativa*, L., das Umbelíferas;
- *pé-de-leão*: *Ranunculus sceleratus*, L., das Ranunculáceas, planta venenosa;
- *perrexil-do-mar* ou *funcho-marítimo*: *Crithmum maritimum*, L., das Umbelíferas, planta espontânea das arribas do mar, boa para conserva em vinagre;
- *pilosela*: *Hieracium pilosella*, L., das Compostas, e espécies congêneres;
- *rambutão*: fruto comestível do *Nephelium lappaceum*, L. da família das Sapindáceas, oriundo da Malásia;
- *rapúncio* ou *rapôncio*: *Campanula rapunculus*, L., das Campanuláceas;
- *rorela*: *Drosera spp.*, das Droseráceas;

- *ruiva-dos-tintureiros*: o mesmo que *granza* (*Rubia tinctorum*, L., das Rubiáceas);
- *sabina* ou *sabina-da-praia*: *Juniperus phoenicia*, L., das Cupressáceas;
- *saião* ou *saião-curto*: *Aeonium* spp., das Crassuláceas;
- *salgueirinha* ou *salicária*: *Lythrum salicaria*, L., das Litráceas;
- *sanamunda*: *Geum urbanum*, L. das Rosáceas;
- *sanguissorba* ou *pimpinela-menor*: *Sanguisorba minor*, Scorp., das Rosáceas;
- *sapoti* ou *sapotilha*: fruto comestível da *Manilkara zapota*, (L.) P. Royen (outrora classificada como *Achras sapota*, L.), da família das Sapotáceas;
- *sassafrás*: *Sassafras albidum*, (Nutt.) Nees, das Lauráceas, árvore originária da América setentrional;
- *satirião-macho*: *Orchis mascula*, L. das Orquidáceas, designando-se por *satirião* outras orquidáceas de várias espécies;
- *selo-de-salomão*: *Polygonatum odoratum*, (Miller) Druce, das Liliáceas;
- *tormentilha*: *Potentilla erecta*, (L.) Rauschel, das Rosáceas;
- *tragacanto*: *Astracantha gummifera*, (Lab.) Podlech, das Leguminosas, planta medicinal originária do Irão, usada desde a Antiguidade como sarcocola;
- *tramazeira*: *Sorbus aucuparia*, L., das Rosáceas;
- *tuia*: *Thuja occidentalis*, L. das Cupressáceas;
- *umbu*, *imbu* ou *cajá-umbu*: fruto da *Spondias purpurea*, L. das Anacardiáceas, fruto brasileiro bom para sumo;
- *vide-branca*: *Clematis vitalba*, L., das Ranunculáceas;
- *zaragatoa*: *Plantago coronopus*, L., das Plantagináceas;
- *zenze*, nome que se dá em S. Tomé a um fruto semelhante ao cajá (*Pseudospondias microcarpa*, [A. Rich.] Engler, das Anacardiáceas), conhecido em Angola por *muçondo*.

Para além destas omissões há plantas incompleta ou incorrectamente identificadas botanicamente. Em muitos casos trata-se simplesmente do uso de classificações antiquadas, que se poderia ter evitado recorrendo por exemplo a *The Plant-Book – a portable dictionary of the vascular plants*, de D. J. Mabberley, Cambridge University Press, 2.^a ed., 1997. Recordemos que o hábito em botânica é dar o nome do género em maiúsculas, o da espécie em minúsculas (o que nem sempre aqui acontece), ambos em itálico, e o da família em maiúsculas (o que jamais acontece); por *sp.* indica-se uma espécie inidentificada e por *spp.* diversas espécies do mesmo género. Damos por ordem alfabética de entradas as deficiências que detectámos:

- *abobrinha*, falta explicar que é o mesmo que «curgete», e vice-versa;
- *alçaçuz* é *Glycyrrhiza glabra* e não *Glycyrrhiza glabra*l;
- *anafa*: falta a variante *anafe*, tanto ou mais usada do que *anafa*; o nome aplica-se a outras espécies do género *Melilotus* (*M. segetalis*, *M. indesta*, *M. italica*, *M. messanensis* e *M. indica*); não se compreende como pode uma leguminosa, de folhas pinuladas, ser semelhante à cevada, de folhas lineares como todas as Gramíneas; se a semelhança incide sobre as sementes e não sobre o aspecto geral das plantas, haveria que se ser mais claro;

- *araçazeiro*: também se diz *araçaleiro*; o género *Britoa* já não é hoje considerado, incluindo-se no género *Campomanesia*;
- *aristolóquia*: a espécie existente no nosso país é a *Aristolochia paucinervis*, Pomel, da família das Aristoloqueáceas;
- *árvore-da-borracha*: o nome designa tanto a *Hevea brasiliensis* (A. Juss.) Muell. Arg, das Euforbiáceas, como a *Ficus elastica*, Roxb. ex Hornem, das Moráceas, frequente em Portugal como planta ornamental;
- *azedra*: *Rumex acetosa* e não *Runex acetosa*;
- *azevinho* é o *Ilex aquifolium*, L. das Aquifoleáceas;
- *baforeira* ou *bafureira* designa tanto um tipo de figueira, dita *cabra-figa*, como o rícino, mamona, catapúcia ou carrapateira (*Ricinus communis*, L. das Euforbiáceas);
- *beladona* designa tanto a *Atropa belladonna*, L., das Solanáceas, como a *Amaryllis belladonna*, L., das Amarilidáceas, frequentemente cultivada nos jardins;
- *benjoeiro*, a árvore de que se extrai o benjoim é o *Styrax benzoin*, Dryander, da família das Estiracáceas; há espécies do género *Croton* que dão resinas medicinais, mas esse género pertence à família das Euforbiáceas;
- *cabaça*, designa uma espécie do género *Lagenaria*, em especial a *Lagenaria siceraria* (Molina) Standley, da família das Cucurbitáceas, também conhecida por *abóbora-carneira*, de que se faz a abóbora-coberta;
- *canforeira*: o nome aplica-se a duas árvores inteiramente diferentes, mas que ambas produzem cânfora: a *Dryobalanops aromatica*, Gaertner f., da família das Dipterocarpaceas, de Samatra e Bornéu, explorada desde a Alta Idade Média, que dá cânfora por mera sangria; e o *Cinnamomum camphora* que o *Dicionário* regista, originário da China, de que desde finais da Idade Média se começou a extrair cânfora por destilação;
- *carambola*: não é geralmente do tamanho de um ovo de galinha, mas nitidamente maior, e parece-se tanto com um ovo de galinha como um ovo com um espeto, visto ser de secção estrelada, em estrela de cinco pontas;
- *cardo*: o nome aplica-se a diversas plantas espinhosas, não da família das Carduáceas, que se existiu nalguma classificação não está presentemente em uso, mas da das Compostas, ditas também Asteráceas; aplica-se também a plantas da família das Dipsacáceas, como o cardo-cardador (*Dipsacus fullonum*, L.) e o cardo-penteador (*Dipsacus sativus*, [L.] Honck), e da das Umbelíferas, como o cardo-corredor (*Eryngium campestre*, L.);
- *celidónia*: a classificação indicada (*Trichis divaricata*, Spreng., da família das Compostas) não está em uso e não sei a que corresponda; mas jamais ouvi chamar *celidónia* a uma planta da família das Compostas: *celidónia-maior* ou *erva-andorinha* é o *Chelidonium majus*, L., das Papaveráceas, e *celidónia-menor* o mesmo que *ficária*, q. v.;
- *cevadilha*: ao *Bromus spp.* tenho ouvido chamar *cevadinha*; por *cevadilha* conheço a espiroteira ou aloandro (*Nerium oleander*, L., da família das Apocináceas);
- *chícharo*: o nome deriva efectivamente de *cicer*, nome latino do grão-de-bico, que é o *Cicer arietinum*, L. das Leguminosas (e não *Licer arietinum*); mas em português *chícharo* veio a designar outras leguminosas: o feijão-frade (*Vigna cylindrica*, [L.], Skeels) e diversas espécies do género *Lathyrus*;

- *cinamomo*: não me consta que se aplique esse nome também à *Melia azedarach*, L. das Meliáceas, conhecida vulgarmente por *coniteira* ou *amargoseira*;
- *codesso*: *Adenocarpus spp.*, das Leguminosas;
- *coentro*: há, de facto, três espécies do género botânico *Coriandrum*, mas o coentro de que se usa em culinária no nosso país pertence a uma única espécie, o *C. sativum*, L., das Umbelíferas; dá-se o nome de *coentro-bravo* a uma outra umbelífera (*Bifora testiculata*, [L.] Spreng.) e no Brasil designa-se por *coentro-de-caboclo* o *Eryngium foetidum*, também das Umbelíferas, que pode ser usado como sucedâneo do coentro verdadeiro;
- *coqueiro*: não é «uma variedade de palmeira da família das Palmáceas», mas simplesmente uma espécie de palmeira (*Cocos nucifera*, L.), que é por definição uma palma (não uma *palmácea*, pois os nomes em *-áceo* dão-se a plantas que têm características semelhantes ao nome do género de que derivam apondo-se-lhe tal sufixo, chamando-se por exemplo às palmas ou palmeiras *Arecáceas*, do nome do género *Areca*, ao passo que *palma* não é um género mas o nome da própria família);
- *craveiro-da-índia*: não é «o mesmo que cravo-da-índia» pela mesma razão que *laranja* não é o mesmo que *laranjeira*: uma coisa é a planta outra o fruto (no caso vertente, mais exactamente, a flor em botão seca); a classificação botânica em vigor é *Syzygium aromaticum*, (L.), Merr. & Perry, efectivamente das Mirtáceas;
- *curgete*: cf. supra *abobrinha*;
- *diospireiro*: é o *Diospyros kaki*, L., efectivamente das Ebenáceas;
- *erva-das-azeitonas*: o mesmo que *nêveda*; antes classificada como *Calamintha baetica*, Boiss. & Reuter, está actualmente incluída no género *Clinopodium*;
- *escrofulária*: o nome aplica-se a mais espécies além de *Scrophularia aquatica*, L., das Escrofulariáceas: L., *S. canina*, L., *S. scorodonia*, L., *S. galericulata*, L., *S. nodosa*, L., etc.;
- *faia*: o nome aplica-se não só á verdadeira faia (*Fagus silvatica*, L., das Fagáceas, rara em Portugal) e à faia-das-ilhas (*Myrica faya*, Aiton, das Miricáceas), mas também ao álamo ou choupo-branco (*Populus alba*, L. das Salicáceas);
- *giesta*: o nome aplica-se não só ao *Spartium junceum*, L., mas a diversas outras leguminosas dos géneros *Genista* e *Cytisus*;
- *goivo*, *goiveiro*: o nome aplica-se a diversas plantas do género *Erysimum*, da família das Crucíferas, em especial o *E. cheiri*, (L.), Crantz, outrora classificado como *Cheiranthus cheiri*, L.;
- *grão-de-bico*: *Cicer arietinum*, L., e não *C. arictinum*;
- *groselheira*: a groselheira dita comum, negra, rubra ou de cachos é a *Ribes nigra*, L., das Saxifragáceas; *groselheira-espim* a *R. uva-crispa*, L.;
- *hipericão*: é o mesmo que milfurada (*Hypericum perforatum*, L., das Hipericáceas); mas o nome aplica-se também a outras espécies do mesmo género, como o hipericão-do-gerês (*H. androsaemum*, L.);
- *inhame*: o nome, de origem africana, aplicava-se de começo (e aplica-se ainda nos países tropicais onde os há) aos tubérculos de diversas espécies do género *Dioscorea*, das Dioscoreáceas; mas de há muito que passou a designar também a colo-

- cásia, colcas ou taro (*Colocasia esculenta*, [L.], Schott, das Aráceas) vulgar na zona mediterrânica, dita inhame-do-egipto, inhame-do-algarve ou inhame-das-ilhas;
- *lavanda*: creio que o nome, que é aparentemente um galicismo, se aplica sobretudo à alfazema (*Lavandula angustifolia*, L., das Labiadas), quiçá também ao rosmaninho (*L. luisieri*, [Rozeira], Rivas-Martínez) e outras espécies do mesmo género;
 - *lírrio*: designa diversas espécies do género *Iris*, das Iridáceas, certas espécies de reseda (*Reseda luteola*, L., das Resedáceas) e a *Convallaria majalis*, L., das Liliáceas;
 - *macela*: designa tanto a *Achillea ageratum*, L., como o *Chamaemelum nobile*, (L.) All., da família das Compostas;
 - *madressilva*: *Lonicera spp.*, L., das Caprifoleáceas;
 - *malagueta*: o nome, de origem controversa, aplicou-se de início ao fruto do *Aframomum melegueta*, Schumann, das Zingiberáceas, que modernamente desapareceu do mercado, transitando desde o século XVII o nome para o *Capsicum frutescens*, L., das Solanáceas, também conhecido por gindungo, piri-piri, etc;
 - *mangue*: o nome aplica-se a diversas espécies dos géneros *Bruguiera*, *Ceriops*, *Kandelia* e *Rhizophora*, da família das Rizoforáceas, e ainda a espécies dos géneros *Conocarpus*, *Laguncularia* e *Lumnitzera*, da das Combretáceas, *Aegiceras* (Mirsináceas), *Avicennia* (Aviceniáceas ou Verbenáceas *lato sensu*), *Pelliciera* (Pelicieráceas), *Sonneratia* (Soneratiáceas) e *Xylocarpus* (Meliáceas), que têm em comum medrarem em água salgada;
 - *mostarda*: a negra é a semente da *Brassica nigra*, [L.] W. D. J. Koch, a branca a da *Sinapis alba*, L., e a brava a *Sinapis arvensis*, L., tudo da família das Crucíferas;
 - *nigela*: o nome aplica-se, de facto à *Agrostema githago*, L., que pertence à família das Cariofiláceas e não à das Ranunculáceas, mas sobretudo a diversas espécies do género *Nigella*, que esse sim pertence às Ranunculáceas;
 - *pimenta*: o nome aplica-se primariamente a diversas espécies do género *Piper*, das Piperáceas (e não das Pipericáceas, como se lê no *Dicionário*), de que a principal (*P. nigrum*, L.) não é, como aí se diz, oriunda das ilhas do Arquipélago Malaio, mas do Malabar, apenas se registando a sua produção em moldes significativos no Arquipélago na Baixa Idade Média; aplica-se também a espécies do género *Capsicum*, das Solanáceas, do género *Xylopi*, das Anonáceas, e do género *Xanthoxylum* ou *Zantoxylum*, das Rutáceas, que produzem bagas usadas como sucedâneo da pimenta verdadeira (*P. nigrum*);
 - *piripiri* (cf supra *malagueta*): *Capsicum frutescens*, L., das Solanáceas;
 - *primavera*: *Primula spp.*, das Primuláceas;
 - *quaresmas*: designa a *Saxifraga granulata*, L., das Saxifragáceas; o nome não vem directamente do latim *quadagesima dies*, mas do termo vernáculo *quaresma*, tempo litúrgico que antecede a Páscoa, por florirem nessa época;
 - *quenopódio*: não é de modo algum uma criptogâmica nem se reproduz por esporos (há talvez confusão com *licopódio* que o *Dicionário* não regista)! Trata-se do *Chenopodium spp.*, de facto da família das Quenopodiáceas, que na respectiva entrada são definidas, e muito bem, como dicotiledóneas (portanto, fanerogâmicas e angiospérmicas)!
 - *rebenta-bois* ou, mais comumente, *arrebenta-bois*: aplica-se, de facto, ao *Arum italicum*, Mill., das Aráceas, assaz venenoso, mas sobretudo ao *Tamus communis*, L., das Dioscoreáceas, de belas bagas vermelhas;

- *rota*: trata-se de facto, geralmente, de *Calamus spp.* (mas também de *Daemonorops spp.*, *Korthalsiae spp.* e plantas afins), que não são porém juncos nem sequer juncáceas, mas palmeiras trepadeiras;
- *saboeira*: *Saponaria officinalis*, l. da família das Cariofiláceas (e não das Silenáceas, que não consta de nenhuma das classificações que conheço, sendo o género *Silene* incluído nas Cariofiláceas);
- *sagueiro*: não se trata de uma «árvore semelhante a uma palmeira», mas de uma verdadeira palmeira, dita também rumbia (*Metroxylon sagu*, Rottb.), sem embargo de se extrair sagu de outras palmeiras, como o gabão (*Corypha utan*, Lam.) e até de cicas (*Cycas spp.* da família das Cicadáceas, tudo termos que, por sinal, o *Dicionário* omite) – que, essas sim, são, embora gimnospérmicas, plantas de aspecto externo semelhante ao das palmeiras, que são monocotiledóneas e portanto angiospérmicas;
- *silenáceas*: vide supra s. v. «saboeira»;
- *tanchagem*: além da espécie indicada, que corresponde à chamada tanchagem-menor, há no nosso país pelo menos mais duas, a tanchagem-maior (*Plantago major*, L.) e a tanchagem-corno-de-veado (*P. coronopus*, L.);
- *tomate*: está hoje classificado como *Lycopersicum esculentum*, Miller, das Solanáceas;
- *tremoço*, *tremoceiro*: *Lupinus spp.*, L. das Leguminosas; o nome vulgar vem, de facto, do grego, mas por intermédio do árabe *turmus* ou *turmûs*; a atestar a sua origem árabe, o castelhano tem *altramuz*;
- *ulmária* ou *ulmeira*: está hoje classificada como *Filipendula ulmaria*, (L.) Maxim., das Rosáceas;
- *urtiga-branca*: o nome aplica-se também ao *Lamium album*, L., das Labiadas;
- *zimbros*: pertence à família das Cupressáceas e não à das Pináceas.

Subindo acima da chinela

Ao folhear o *Dicionário* em busca dos termos que particularmente nos interessavam antolharam-se-nos outras omissões, definições discutíveis ou etimologias menos correctas. Mesmo correndo o risco de ouvir dizer que subiu o sapateiro acima da chinela, pedimos vénia para as inventariar. Primeiro as omissões:

- *acéquia*, «levada, canal, sistema de irrigação» (do árabe *as-sâqiya*, da mesma raiz que aparece em *almácega*);
- *alelopático*, nome que se dá às plantas que mutuamente se excluem, segregando toxinas que atacam as raízes da vizinha, como sucede por exemplo com a salsa e o coentro;
- *almécega*, o mesmo que *mástique*, resina do lentisco ou aroeira (*Pistacia lentiscus*, L., da família das Anacardeáceas) com que outrora se lavavam os dentes (do mesmo étimo grego que *mástique*, mas por conduto do árabe *al-maṣṭaqâ*);
- *avania*, «vexação, maus tratos», em particular os infligidos pelos turcos aos cristãos na Terra Santa (do grego bizantino ἄβανία);

- *avessedo*, «lugar escuso em que não bate o sol» (colectivo de *avesso*).
- *calcedoniano*, «ortodoxo, que aceitou os decretos do concílio de Calcedónia (451) sobre a dupla natureza, humana e divina, de Cristo»;
- *camáldulo*, «membro de uma ordem de monges semi-cenobitas, semi-eremitas, fundada em 980 por S. Romualdo, que segue a regra beneditina»;
- *crasta*, «claustró, galeria»;
- *cuscos* (termo de Trás-os-Montes): mesmo que *cuscu*;
- *estilita*, «monge que, à imitação de S. Simeão, escolhe como forma de anacorese viver no cimo de uma coluna»;
- *fanega* (termo da Beira Baixa): o mesmo que *fanga*, medida de quatro alqueires;
- *gólfão*, «pélago, mar alto»;
- *jacobita*, «membro de uma igreja de tendência anti-calcedoniana, mais ou menos monofisita (de Jacob Baradeu, bispo que no século VI, com a conivência da imperatriz Teodora, organizou na Síria uma igreja anti-calcedoniana autónoma)»;
- *melquita*, nome que se dá aos cristãos calcedonianos do Próximo Oriente, que aceitaram os decretos do concílio de Calcedónia (451) e acabaram por adoptar (sécs. XI-XIII) o rito bizantino (do siríaco ou aramaico tardio *mlek*, «rei», conotando a sua conformidade com as doutrinas e usos da corte imperial bizantina);
- *monofisita*, partidário do monofisismo, doutrina que defende que em Cristo apenas existe uma natureza (a divina, no monofisismo estrito de Eutiques, que no monofisismo moderado dos jacobitas coexiste com a natureza humana divinizada);
- *nestoriano*: partidário da doutrina de Nestório, condenada no concílio ecuménico de Éfeso (431), segundo a qual haveria em Cristo duas pessoas, a humana e a divina, habitando esta naquela como em templo, pelo que se não poderia dar a Maria o epíteto de Mãe de Deus; epíteto dado aos membros da igreja do Império Persa, que no concílio de Beth Lapat (484) recusou aceitar a definição do concílio de Éfeso;
- *ónix*: falta o significado de *unha-olorosa* ou *conchinha-cheirosa*, opérculo córneo de uma variedade de múrex índico, que exala um cheiro agradável ao queimar e foi outrora usado tanto em perfumaria como em farmácia (cf. Dioscórides, II, viii, com um belo desenho na versão de Laguna). Trata-se de um pequeno gastrópodo marinho do género *Murex*, L., congénere do *Murex brandaris* do Mediterrâneo, de que se extraía a púrpura, e de seis outras espécies comuns na costa portuguesa. Os latinos chamavam-lhe semelhantemente *unguis*, usado pela Vulgata para traduzir o mesmo termo grego em Ecli 24, 21;
- *parreco* (termo de Trás-os-Montes): o mesmo que *marreco* (pato);
- *píntão* ou também *pintão*: o mesmo que *pinto*; é a forma *píntão* que explica tanto o diminutivo *pintainho* como o jogo de palavras «o animal mais feroz que existe é o píntão, pois mesmo o tigre não é tão feroz como o pintam».

Com significados mal explicados ou menos correctos, detectámos, abrindo o livro à sorte:

- *alísio*: a explicação não é feliz: se são ventos que sopram «sensivelmente de leste para oeste», portanto paralelamente aos trópicos e ao equador, como é que sopram

dos trópicos para o equador? Seria mais correcto dizer, «nome que se dá aos ventos gerais que sopram dos trópicos para o equador, inflectindo para oeste devido ao movimento de rotação da terra (efeito de Coriolis)»;

- *arame*: o sentido de «latão, metal amarelo, liga de cobre e zinco» não é inteiramente obsoleto, pois continua a chamar-se aos tachos de tal liga *tachos de arame*;
- *arianismo*: não se trata originalmente de uma heresia trinitária mas cristológica, que sustentava que o Verbo era uma criatura; o problema trinitário, corolário desse, surgiu numa segunda fase e dividiu os próprios arianos em *homusianos* (que sustentavam que o Verbo era ὁμοῦσιος «de substância igual» à do Padre Eterno), *homeusianos* (que era ὁμοιοῦσιος «de substância semelhante») e *anomeus* (que era ἀνόμοιος «dissemelhante»);
- *cardeal-patriarca*: em rigor não existe, pois há apenas três categorias de cardeais (título dado aos membros do clero romano com direito a participar na eleição do papa): *cardeais-bispos*, os prelados das duas dioceses suburbicárias de Óstia e Porto; *cardeais-presbíteros*, os párocos, hoje meramente honoríficos, dos (primitivamente 25 hoje muitos mais) *títulos* ou paróquias de Roma; e *cardeais-diáconos*, os sete diáconos que assistiam ao papa. O que existe são patriarcas de tal ou tal metrópole (como Lisboa) que, pessoalmente, têm o título de cardeais, *i. e.*, são párocos honorários de uma paróquia de Roma. Por um privilégio concedido a D. João V o patriarca de Lisboa é normalmente feito cardeal no primeiro consistorio celebrado depois da sua entronização como patriarca, mas nem por isso deixa de ser patriarca de Lisboa e cardeal, *v. g.* do título de S. João e S. Paulo. Não há pois razão para escrever *cardeal patriarca* com hífen;
- *nigela*: diz-se que é planta que nasce nas *cearas*, quando na realidade nasce nas searas...;
- *vossemecê*: falta explicar que é tratamento respeitoso, que se dá a pessoas mais velhas ou de posição mais elevada; resta perguntar: por que é que *Vossência*, *Vosselência* e *Vossoria* aparecem no *Dicionário* com maiúscula e *vossemecê* com minúscula? Por ser forma de tratamento rústico? Então os cidadãos têm direito a maiúscula e os aldeãos apenas a minúscula?

Com etimologias discutíveis:

- *búfalo*, talvez seja mais correcto dizer que provém do latim dialectal (com *f* medial como em osco) que do latim tardio *bufalus*;
- *calafate* é, segundo o *Dicionário*, termo de origem grega, ao passo que *calafetar* é de origem latina; é estranho que não haja entre ambos os termos qualquer nexo etimológico! Não virão ambos do árabe *qalfāṭa*, «calafetar»? É possível que este derive do grego, como parece indicar a hesitação entre as formas *qalfāṭa* e *galfāṭa* (depois *jalfāṭa*), sem embargo do verbo grego *καλαφατέω* não estar atestado antes do século x; tampouco é impossível que este derive em última análise do latim **calefactare*, mas não deixa de ser estranho que as formas românicas sejam as últimas a ser historicamente atestadas. Seja como for, é evidente que todos os termos, grego, árabe e românico, remontam à mesma origem!;
- *chili*, nome que em Macau se dá à malagueta ou *piripiri* (*Capsicum frutescens*, L., da família das Solanáceas) nada tem a ver com o topónimo *Chile*: é adaptação do inglês *chili*, por sua vez do espanhol *chili*, por seu turno do nahuatl *chili*, já referido num dos primeiros relatos da conquista do México, conservado em tradução

- italiana publicada por Ramúsio em 1550: «hanno una sorte de pepe da condire che si chiama *chil*, che niuna cosa mangiano senza esso»;
- *colonia*, espécie de contrato de enfiteuse *sui generis* em vigor na Madeira, não deve derivar de *colónia* + suf. *-ia*, como pretende o *Dicionário*, mas antes de *colono* + suf. *-ia*;
 - *cravo*, flor do género *Dianthus*, não me parece ser de origem obscura, mas derivar simplesmente de *cravo*, *cravinho* ou *cravo-da-índia* (flor seca do *Syzygium aromaticum*, [L.], Merr. & Perry, da família das Mirtáceas), especiaria de formato assaz semelhante, que por seu turno tira o nome do cravo ou prego, a que se assemelha. Semelhantemente, em alemão a mesma palavra, *Nelke*, serve para designar a especiaria e a flor, distinguindo-se quando necessário *Gewürznelke*, «cravo-especiaria» de *Blumenelke*, «cravo-flor»; também em inglês subsiste ao lado de *pink* ou *carnation* o termo *gillyflower*, antigo nome da especiaria caído em desuso, para designar certas espécies de *Dianthus*. Também em italiano especiaria e flor são homónimos, pelo que por vezes se faz a distinção designando o cravinho pela expressão *chiodo garofano* (atestada em 1659), mais tarde *chiodo di garofano*; trata-se com toda a probabilidade de um calque do francês *clou de girofle*, em uso já no século XIII, correspondente à antiga expressão portuguesa *cravo girofo*;
 - *dezesseis*, *dezessete*, etc., não me parece que derivem de *decem ac sex*, etc., que dão exactamente *dezasseis*, etc., mas antes de *decem et sex*, etc.;
 - *hortelã* (*Mentha spp.*, da família das Labiadas) logicamente não deriva do latim *hortelanus*, mas do seu feminino *hortelana*;
 - *loendro* ou *aloendro*, nome vulgar do *Nerium oleander*, L., da família das Apocináceas, não me parece que derive do baixo latim *lorandrum*, em que a síncope do primeiro *r* apenas se poderia explicar por haplologia, mas, por metátese, da forma *oleander* ou *oleandrum*, que coexiste com aquela em latim medieval;
 - *mangal*, terreno alagadiço em que crescem mangues (*Rhizophora spp.*, e outras espécies botânicas quase todas da família das Rizoforáceas), não deriva logicamente de *manga* (*Mangifera indica*, L., da família das Anacardeáceas), que é planta de terra seca, com o sufixo *-al*, mas de *mangue* com o dito sufixo!;
 - *nau*, deriva de facto do latim *navis* (que em português dá regularmente *nave*, como *clavis* dá *chave*), mas certamente, como o castelhano *nao*, por intermédio do catalão *nau* (cf. *clau*, do latim *clavis*);
 - *quicá*, não pode derivar do latim *quid sapit*, «quem sabe», pela simples razão de que é *quis sapit* que se diz (*quid sapit* significaria «sabe o quê?»). Se, para explicar a presença, tanto em português como em castelhano, de um *-ç-*, que na Idade Média notava uma africada ($\approx tç$), onde se esperaria um *-s-*, se admite que resultou do encontro de *-d* com *s-*, há que dizer: «possivelmente do latim bárbaro **quid sapit*, “quem sabe” por *quis sapit*, forma gramaticalmente correcta». Creio que se não pode, contudo, excluir que, a despeito de ser termo atestado de longa data em romance peninsular, seja uma adaptação do italiano *chi sà*;
 - *sabat* é certamente um cultismo adaptado directamente do hebraico e não por intermédio do latim *sabbatum*, que dá regularmente *sábado*;
 - *sandália*, deriva do grego *σανδάλιον*, termo ao que parece de origem persa, e não de *γσανδάλιον*, como, por certo por gralha não corrigida, se lê no *Dicionário*;
 - *sândalo* deriva efectivamente do grego tardio *σάνταλον* (por seu turno do sânscrito *candana*), mas conviria notar que em grego bizantino o τ depois de nasal se

pronuncia *d*, pois é o que explica tanto a presença do τ onde o sânscrito tem um *d*, quer o reaparecimento deste em português.

*

Chegados ao cabo da revisão sumária que nos propuséramos empreender e olhando para trás, a impressão que nos fica é de certo modo triste; não por o *Dicionário* conter numerosas inexactidões, pois se errar é próprio do homem, todo o trabalho humano é perfectível; mas porque a obra é, de certo modo, espelho do país que temos, e a imagem que daí resulta é a de um país pequeno-burguês, citadino e macrocéfalo, cujo horizonte cultural parece fenecer no alfoz da sua capital. A capacidade de compreender o resto, seja do ponto de vista linguístico seja até do botânico, parece que se obliterou, que o campo é paisagem para ao fim-de-semana se desanuviar do meio urbano, e que as plantas que nele medram só a rústicos sem educação, que não usam dicionários, poderão ainda interessar. Sobretudo, a vontade de conhecer outros povos e outras culturas, de entender os vastos espaços porque os nossos antepassados, fugindo à pobreza ou sonhando com a riqueza, se derramaram outrora, parece ter-se esvaído; dir-se-ia que a nossa capacidade de compreensão termina agora a um escasso palmo da ponta do nosso nariz, e que tudo o mais é confuso e nebuloso. Como vão longe os tempos em que João de Barros traduzia crónicas persas e árabes e importava escravos chineses para lhe revelarem a geografia da China... Decididamente a nossa vocação é a de sermos doravante um apagado subúrbio da Europa, contanto que nos não falem em casa um frigorífico, uma televisão e um computador, e à porta um ou dois automóveis... É uma impressão, e, como tal, subjectiva; mas vale talvez como testemunho de um sentimento individual, que representa, pelo menos, uma das reacções possíveis.

A presente obra é, ninguém de boa-fé o negará, um autêntico *show-off* de modernidade; mas peca por não levar devidamente em conta o nosso *background* histórico e cultural. Oxalá a Academia se não entremeta a empreender um *reprint* sem primeiramente a submeter a um bom *team* de *experts*, como aliás já foi bastas vezes aventado nos *media*. Sem negar os seus méritos, o *Dicionário* carece de um como que *upgrading*, ou pelo menos de um forte *input* de *know-how*. Talvez que melhor que submetê-lo de uma vez para todas a uma *expertise*, fosse promover a pouco e pouco *meetings* sectoriais, de especialistas nos diversos campos do saber: botânicos e arabistas, historiadores e zoólogos, etc., etc. etc., e revê-lo finalmente, mas com um *follow-up* consentâneo...

Seja-me permitido que remate com um voto: o de que se não ponha cá fora novo dicionário sem primeiramente se ter estabelecido um acordo ortográfico definitivo com o Brasil: um acordo pluralista e democrático, respeitador da diferença, que permita a quem diz *facto* escrever *facto*, e a quem diz *fato* escrever *fato*, mas que não obrigue quem pronuncia *recepção* a escrever *recepção*, nem nos obrigue a todos a escrever *recto*, quando todos articulamos *reto*.

Até lá, o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de José Pedro Machado, o velho Moraes e, para as coisas do Brasil, o Aurélio continuarão a ser a minha bíblia.

LUÍS FILIPE F. R. THOMAZ